

PÓVOA DE VARZIM

BOLETIM CULTURAL



NÚMERO COMEMORATIVO DO I CENTENÁRIO
DO NASCIMENTO DE ROCHA PEIXOTO

EDIÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL

Há muito que estudar e poucos
são os que trabalham; mas
embora fossem muitos, Portugal
chega para todos.

ROCHA PEIXOTO

(1866 — 1909)

candeia, num púcaro de barro, numa capucha serrana — e que lhe dava o sentido maior da riqueza fabulosa do mundo?...

Batido pela experiência desse sonho incompreendido que se ia desmoronando, desiludido pela mediania do meio, acumulam-se as páginas amargas; é a extinção da Sociedade Carlos Ribeiro, sucumbindo, com todo o seu alto ideal da juventude, a «um meio que, por insciente, resulta hostil»; é o abandono em que se encontra a Torre do Tombo; é o comentário pungente à «triste história» da Sociedade Arqueológica Lusitana, que, após as excavações de Troia, começadas sob os melhores auspícios, «com a proteção régia, adesão de personalidades de vulto», é «logo abandonada de reis, de fidalgos, de governos, de personalidades e do público»; é a indiferença do público pela portentosa realização da carta geológica de Portugal», por «homens que o País mal conhece, e que todavia são, nessa singular obscuridade, dos que clamam e honram a Pátria lá fora»; são as palavras proféticas ⁽¹⁾ com que, a propósito do Museu de Bragança, alude aos museus regionais, que, entre nós, têm este resultado: «ao brilho do impulso inicial, que não logra aliás conquistar mais do que adesões de necessidade ou de polidez, sucede o desamparo, pouco a pouco o tumulto, e enfim a dispersão». E recordando o fogo extinto do seu ardor juvenil, então confiante e esperançoso, pôde Rocha Peixoto dizer, quase parafraseando o poeta: «Foi-se-nos lento e lento atenuando a exuberante fúria dos alvares... ⁽²⁾». O seu amor pelo estudo, pelo trabalho, pela verdade, subsiste até ao fim, vivo e intacto; mas a sua fé de antes, é agora a substância amargurada da sua decepção.

Unanimo disse, falando de Spinoza, que, «a uno le duele un brazo, a un otro la cabeza; al pequeño judío portugués de Amsterdam le duele Diós»; a Rocha Peixoto, dói-lhe, dói-lhe, e faz-nos doer a nós, o seu amor por Portugal. E nesse amor dorido pela Pátria e pela verdade, ele atinge a sua natureza poética ⁽³⁾.

(1) Rocha Peixoto, A Sociedade Carlos Ribeiro; Os Arquivos dos Municípios: Excavações Archeológicas; A Carta Geológica de Portugal; O Museu Municipal de Bragança: in: Portugalia, I, pp. 155 e 160; e II, p. 123; I, p. 650; II, p. 120, respectivamente.

(2) Rocha Peixoto, A Sociedade Carlos Ribeiro, loc. cit., p. 185.

(3) Conferência pronunciada pelo A. no Salão Nobre da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim, em 18 de Maio de 1966.

Rocha Peixoto como cientista no âmbito da Etnografia e da Antropologia

por J. R. DOS SANTOS JÚNIOR
Prof. de Antrop. da Univ. do Porto

Rocha Peixoto ocupa um lugar de singular relevo na cultura portuguesa.

Foi investigador duma curiosidade insaciável, cientista servido por clara inteligência, erudito alicerçado numa ampla cultura geral, escritor dotado de real talento literário.

A sua extraordinária operosidade, o seu espírito permanentemente alerta para estudar, investigar ou divulgar tudo quanto interessava à cultura, e, dum modo geral, ao estudo do povo português, levou-o a pensar e a escrever sobre antropologia, etnografia, arqueologia, belas artes, economia, história, mineralogia, paleontologia, política e sociologia.

Trabalhador infatigável, foi um homem de acção.

O seu brilhante espírito e fulgurante inteligência permitiram-lhe trabalhar de modo assaz notável quer no Laboratório de Mineralogia da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto onde foi Naturalista, quer na Biblioteca Pública e Museu Municipal do Porto de que foi director.

Mas onde o investigador e o cientista se manifestou de maneira singular e em provas de curiosidade insaciável, foi nas suas excursões por montes e vales, para visitar aldeias recônditas, perdidas nos longes das serranias, para assistir ao viver do dia a dia dos aldeãos, para ver e estudar as suas indústrias caseiras, para assistir às suas festas, para os ouvir cantar, para, em contacto directo e franca convivência, sentir as suas alegrias, as suas tristezas, os seus anseios, numa palavra, para lhes auscultar a alma.

*

Neste ano de 1966 — centenário do nascimento do grande poveiro que foi António Augusto da Rocha Peixoto — a Câmara Municipal da Póvoa de Varzim resolveu, e muito bem, homenagear este sábio naturalista e polígrafo insigne.

Fui convidado a prestar o meu concurso, analisando o trabalho de Rocha Peixoto no âmbito dos seus estudos etnográficos e antropológicos.

Tal análise tem que ser forçosamente circunscrita, o que obriga a condensar, a reunir, a sintetizar, restringir.

E é pena.

Tão grande é a fonte de erudição e de excepcionais qualidades de observação, de apuro dos materiais colhidos e da conveniente análise crítica, que se aprecia e admira nos trabalhos de Rocha Peixoto, que é precisamente no capítulo onde ele mais se avulta — a Etnografia — que a tarefa que nos foi cometida transcende, e em muito, as minhas parcas possibilidades.

As obras de Rocha Peixoto falam por si mesmas na sua excelência, mas já que tenho de condensar, resumir, sintetizar, restringir, procurarei fazê-lo evocando o alto espírito de Rocha Peixoto como guia e luminar de um dos mais humildes e nunca premiado antropologista, embora sinceramente apaixonado, e cada vez mais, pelo estudo do povo português.

*

Começaremos pela análise da obra legada por Rocha Peixoto no âmbito da Etnografia.

A Etnografia, como é bem sabido, é o capítulo ou ramo da Antropologia que estuda as condições de vida dos povos, origem das mesmas, e sua evolução cultural. Particularizando podemos dizer que a Etnografia estuda as condições de vida dos povos, consideradas em relação com as influências do meio, *factores biogeográficos*; com o encadeamento em sucessão evolutiva expresso na tradição, *factores históricos*; com as acções recíprocas, por influências, directas ou indirectas, dos homens uns sobre os outros, *factores antrosociais*, quer dentro do mesmo agregado populacional, factores, por via de regra, condicionando uma evolução lenta, a que poderíamos chamar de sublimação ou de apuro, entre povos diferentes tendo laços mais ou menos estreitos de convívio, permanente ou accidental, factores que, neste caso, são,



Fig. 1 — Grupo de estudantes (talvez alunos do Colégio de N.ª S.ª do Rosário, do Porto) entre os quais se encontra Rocha Peixoto (o sexto jovem da 2.ª fila, a contar da esquerda e de baixo).

Fotografia de cerca de 1879.

quase sempre, determinantes de mutações, ou seja de modificações inesperadas, amplas e bruscas.

Ora, precisamente nos vários aspectos, ou feição, das tradições, usos e costumes populares, subordinados ou condicionados aos factores biogeográficos, históricos e antropológicos, Rocha Peixoto deixou-nos trabalhos em que ficou bem vincada a sua excelsa personalidade de etnógrafo.

Na impossibilidade de fazer uma análise pormenorizada a todos os seus trabalhos de feição etnográfica, que tantos são e tão excelentes, vou procurar focar um ou outro aspecto, ou passagem, de alguns que, em meu parecer, testemunham de maneira flagrante o alto espirito de Rocha Peixoto.

*

O trabalho *Os Palheiros do litoral* publicado no Tomo I da «Portugalia», pág. 79 a 96, com 7 figs. tem a data de Setembro de 1898. Cumpre assinalar-lhe três aspectos marcantes.

Um é a bela síntese feita a traços largos, mas bem significativos, da casa rural portuguesa com as suas modalidades, da montanha e da ribeira, obedecendo a condicionalismos ecológicos.

O estudo do tipo de habitações é tão importante no ponto de vista etnosocial que Spengler atribuiu à forma da casa um valor taxonómico análogo ao da concha para a classificação dos Moluscos.

Isto mesmo, e de modo bem objectivo, diz Rocha Peixoto quando, no primeiro período com que abre o seu trabalho, escreve: «Como em várias formas culturais, no vestuário, em certo mobiliário doméstico, numa parte da alfaia agrícola e marítima e em muitas outras manifestações tradicionais do génio popular, observa-se na habitação um elemento de apreciável valor para o conhecimento das faculdades elaboradoras do povo, da sua energia na apropriação dos recursos naturais em cujo meio se agita, dos seus hábitos, ocupações e tendências». O grifado é meu.

Outro aspecto marcante do trabalho é o estudo propriamente dos palheiros do litoral, casas de madeira, de alguns aglomerados populacionais da nossa costa atlântica.

Refere que no Furadouro havia em 1881 para cima de 300 cabanas que foram destruídas por um incêndio. Acrescenta que a povoação do Furadouro dessa época «poderia ser escolhida como tipo de povoação exclusivamente formada de palheiros».

Graças à sua preparação em geologia, Rocha Peixoto atenta nos terrenos de areia do litoral português e cita o avanço das

dunas entre Ovar e Quiaios e na região limitada pelas embocaduras dos rios Mondego e Liz.

O condicionalismo dos terrenos de areia e o seu deslocamento pela acção dos ventos determinou que, nesses terrenos, os palheiros se erguessem sobre estacaria que, como informa, ordinariamente oscila entre 1 e 2 metros de altura fora da terra, podendo ir a 3 metros e até mais. Na praia de Vieira, as estacas em que assenta o palheiro, sobressaiem 5 metros e a passar.

Não esquece o aspecto económico e, na passagem que vou transcrever, alude ao custo dos palheiros.

«Como geralmente em todas as povoações costeiras, ter casa própria, na Cova de Lavos, é uma aspiração suprema e quase sempre realizada, ou ela seja modesta e custe vinte libras, ou vasta e folgada e vá até cem. Depois há os reparos e a substituição frequente das estacas, e, se a prosperidade ajuda, tingem-se de cal interiormente».

O terceiro aspecto, que bem marca a sólida cultura de Rocha Peixoto, é o que respeita às habitações construídas sobre estacaria e sua distribuição no tempo e no espaço.

A Arqueologia ensina que as mais antigas habitações lacustres erguidas sobre estacas, denominadas palafitas, datam do neolítico.

Rocha Peixoto estava inteiramente ao par dos conhecimentos arqueológicos que ao tempo havia sobre esta matéria, como provam as citações de trabalhos de vários arqueólogos que, especialmente na última década do século passado, se haviam ocupado do estudo das palafitas.

Faz a crítica da origem e difusão da cultura palafítica, alude às palafitas da época do bronze e à sua utilização.

Refere a hipótese de que seria a mesma raça migrante a construtora de palafitas «em todos ou quase todos os lagos suíços, no Maclemburgo e na Escócia, em várias regiões da França, na Itália do norte, na Austria, na Hungria e na Pomerânia».

Em clarividente análise escreve que embora haja certas semelhanças no assentamento e construção das palafitas e no seu espólio arqueológico o que «permite acariciar desvanecidamente a ideia duma unidade étnica», há outros factores a entrar em linha de conta «que explicam construções análogas nos lugares mais distantes, das casas sobre estacas da Nova Guiné, as de Cambodge, na Indochina, as das Celebes, Mindanao, Borneo e Carolina, as da Cochinchina, as de Sião, as da América».

A casa sobre estacas é um abrigo com especiais condições que defende os que a habitam dos animais bravios, dos homens, e das próprias águas nas grandes inundações.

O facto da distribuição das casas sobre estacas em tantas regiões do mundo e tão afastadas uma das outras, «explica sufi-

cientemente a identidade das faculdades humanas nas diferentes manifestações do seu proceder, nos processos de defesa, por exemplo, em face de obstáculos semelhantes, mesmo quando é um azteque que se defende do inimigo (1), o helvético dum mamífero feroz, o habitante da terramare da Alta Itália das inundações do pântano e o pescador do litoral português, das areias da duna».

A seguir Rocha Peixoto evidencia um conceito justamente ecológico quando escreve que imaginar as casas sobre estacas «formas universais da casa e correspondentes a fases que atravessou a humanidade, desconhecendo ou negando a influência das circunstâncias locais, eis uma deplorável leviandade».

Cita as povoações de Mira, Cova de Lavos e Vieira, como aquelas onde, ao tempo, dominavam as casas de madeira ou «palheiros» assentes sobre estacas.

Na Cova de Lavos, segundo informação local existiam 500 destes «palheiros» sobre estacaria. Acrescenta que, no entanto, quer ali quer em Mira havia habitações sem estacas, principalmente na região mais distante do mar e já ao abrigo das que lhe ficavam em frente.

Umaz vezes dissimulados a esmo, outras vezes alinhados em arruamentos, os «palheiros» essentam sobre estacas cuja altura em Mira oscilava entre um e dois metros e em Vieira atingia cinco metros e por vezes mais.

Sem descer a pormenores, aliás desnecessários, Rocha Peixoto alude à forma geral das casas, que é rectangular, ao número de divisões e sua distribuição, ao acesso por escadas, às portas e janelas, à pintura do corpo geral da casa a vermelhão e das garnições a cores claras, às reparações frequentes para substituição de estacas, ao custo das casas que, então, ia de 20 libras (90.000 reis), quando pequena e modesta, a 100 libras (450.000 reis), quando vasta e folgada.

Realça o aceio dos soalhos e paredes interiores, estas algumas vezes caídas de branco, o que é índice de prosperidade, a conveniente disposição dos móveis, a exclusão dos apetrechos de pesca

(1) Em 1945, publiquei um trabalhinho que intitulei *Ácerca da origem de palafitas africanas na região de Gaza (Moçambique)*, in «Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia», vol. X, 1945, págs. 247, 250.

Neste trabalho estudo um tabu de guerra ou militar que consistia na proibição expressa de os zulos contactarem com a água. Sabendo disso os Tongas da região de Gaza em guerra com os zulos, como conta A. Pereira Cabral (*Raças, usos e costumes dos indigenas da Provincia de Moçambique*, Impr. Nac. Lourenço Marques, 1925, 93 págs.), «refugiavam-se no centro das lagoas, onde construíam palhoças em cima de estacas, por ser expressamente defeso aos zulos entrarem dentro de água».

Um tabu similar devia existir nos azteques.

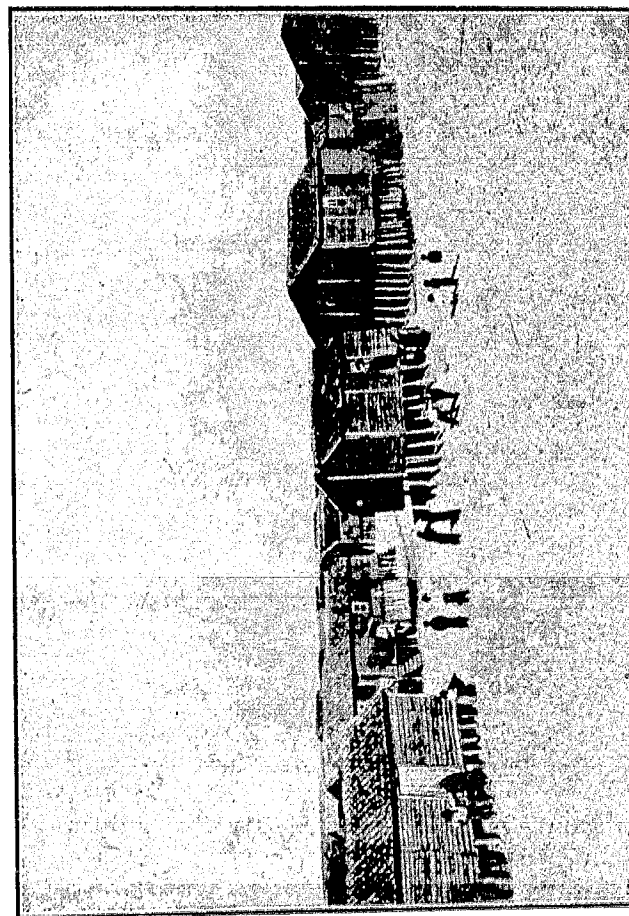


Fig. 2 — Palheiros da Cova de Lavos (Figueira da Foz). Fotografia de Rocha Peixoto reproduzida no seu estudo sobre «Os Palheiros do Litoral», publicado na *Portugália* em 1899.

menos limpos, e até o aceio da «bilha de água sempre coberta com um pano alvo de linho».

No final, em justa apreciação, diz que o facto da existência dos palheiros sobre estacas no litoral português não é senão a «expressão da similaridade de proceder em face de perigos cuja defesa pode investir-se numa mesma expressão».

As Olarias de Prado — Trabalho publicado na «Portugalia» Tomo I, Porto, 1899-1903, págs. 227 a 270, ilustrado com nada menos de 94 figs. É um excelente trabalho de ergologia que tem a data de Outubro de 1899.

É não só um estudo clássico, mas também, sob múltiplos aspectos, um trabalho modelar, que bem pode servir de guia a quem quizer estudar qualquer centro oleiro popular.

É tanto assim é, que, o Museu Regional de Cerâmica, de Barcelos, com subsídio concedido pela benemérita Fundação Calouste Gulbenkian, fez uma 2.ª edição deste notável trabalho no n.º 7 dos «Cadernos de Etnografia», publicação do referido Museu. Louvável iniciativa.

Conheço há muito o primoroso trabalho de Rocha Peixoto onde colhi ensinamentos múltiplos para os estudos da olaria popular que sempre me interessaram.

Estudei há muitos anos o *Centro oleiro do Felgar* (concelho de Moncorvo), que, em 1930, figurou na lista dos trabalhos a publicar na colecção «Estudos Nacionais», sob a égide do Instituto de Coimbra, colecção dirigida pelo Dr. Armando de Matos. Conservo o trabalho inédito.

Para os meus trabalhos *Olarias de Muge* in «Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia», fasc. III, vol. V, Porto, 1932, pág. 217 a 226, 8 figs., *Olaría popular portuguesa—I—Oleiros e olaria*, in «Vida e Arte do Povo Português», Album etnofolclórico editado pelo Secretariado de Propaganda de Portugal no ano das Comemorações Centenárias, Porto, 1942, págs. 219 a 234, 8 figs. das quais 7 coloridas e *Bonecos de barro*, in id. id., págs. 236 a 245, 14 figs. das quais 13 coloridas, muito me valeram os ensinamentos recebidos na leitura do excelente trabalho de Rocha Peixoto sobre as olarias de Prado.

Com a denominação genérica de loiça de Prado, abrangia-se o vasilhame cerâmico popular dos três concelhos de Braga, Vila Verde e Barcelos, sendo neste último as mais numerosas e mais importantes oficinas de olaria.

Nas primeiras páginas, em notícia preliminar, Rocha Peixoto fez eruditas considerações sobre a origem e evolução da arte do oleiro. São numerosas as citações bibliográficas de trabalhos de

autores nacionais e estrangeiros referentes à história da olaria. Ao longo de todo o trabalho, quer nos aspectos gerais quer na minúcia e pormenorização da técnica e seu instrumental, a vasta cultura e o apurado espírito de observação e análise de Rocha Peixoto sobressaiem flagrantes, através duma prosa leve e agradável que, justamente, confere ao seu autor a qualidade de escritor consumado.

Vamos reproduzir os sumários dos cinco capítulos em que Rocha Peixoto, num perfeito arrumo de temas e de matérias, repartiu o seu trabalho.

I — A TÉCNICA

«Sumário macroscópico das peças. — Área geográfica do fabrico, geologia da zona e análise química dos barros. — Instalação geral da olaria. — O telheiro e acessórios: preparação e dosagem das pastas. — O torno; a manufactura das grandes peças. — Ornamentação. — Mistura vitrificante. — O forno e o combustível: a cocção. — Identidade operatória fundamental nas três categorias cerâmicas: vitrificada e decorada, fosca e monocroma e negra e lusente. — Extensão dos prescritos simplistas de fabrico à loiça rústica de Prado — Tentativas singulares de imitação de terras-cotas; invasão consequente de formas alheias aos tipos tradicionais.»

II — AS FORMAS

«As ascendências das olarias populares firmam-se ordinariamente em dados precários e insubstanciais. — Dificuldades na discriminação dos parentescos; formas procedentes do romano, assimiladas por ele e abastardadas no tempo e nos lugares. — Tipos universais: a apropriação a destinos comuns gestou e fixou galbas esquemáticas gerais. — A mesma ondulação linear e a identidade ornamental traduzem frequentemente influências e não origens. — Ceramoscopia do Prado; similitudes morfológicas com olarias larnaudianas, micénicas, etruscas e orientais; a romanização. — Peças antropomórficas. — Penúria inspiradora e inamovível dependência das formas herdadas. Sobrevivência ou regressão aos tipos primitivos.»

III — A ORNAMENTAÇÃO

Fundamento da decoração linear. — Limitação ou multiplicidade das combinações. — Ornatos por pressão digital, por incisão e pintados. — Padrões ornamentais de Prado; as combinações elementares; a decoração em SS; a cruz gamada; outras composições. — Confronto com a decoração neolítica, grega, etrusca e gaullesa; similaridade de alguns motivos de Prado e da Citânia de Briteiros. — Estreiteza dos recursos decorativos nos louceiros minhotos e inferioridade ante os de outras populações consideradas bárbaras. — As faculdades ornamentais dos oleiros de Prado medem-se pelas que se exibem nos produtos médios da idade do bronze.

IV — A ESTATUÁRIA

Evolução do ornato geométrico para a decoração floral e zoomórfica. — Debate da faculdade plástica; incícios similares e divergências ulteriores. — Motivos de preferência nos coroplastas de Prado: a fauna local; o mobiliário; técnica rural, doméstica e religiosa; o Rei; a sátira rústica; caricaturas e monstrozidades; as miniaturas da loiça e os instrumentos musicos. — Similes pré e protohistóricos: Lau-

gerie, Hallstat, La Tène, Grécia primitiva, Etrúria e Oriente. — Indigência plástica concordante com a penúria euritmica e ornamental. — Outros progressos na estatuária cerâmica do país; os barristas do século XVIII esculpindo uma interessante hagiografia e iconografia populares. — Influência nula nos estatuistas de Prado; sua permanência no estágio inicial.

V — CONSPECTO SOCIAL

Centros de produção cerâmica no norte de Portugal; sua multiplicação por virtude da abundância de argilas. — Categorias filiadas na expansão mercantil. — As olarias de Prado representam a indústria popular mais ampla do país. — Incoerência e caos dos documentos oficiais. Recurso da averiguação individual e interesada. — Comércio directo e por intermediários; os mercados; as feiras. — O lucro do mercador é uma iniquidade. — Situação do oleiro; a casa; o mobiliário; a horta. — Como aprendeu. — Regime de trabalho: por conta própria, de jornaleiro e tarefeiro. — Especialização no fabrico. — O meio: indigência pessoal, paisagem mesquinha, arte religiosa, única que conhece, dissolvente e nefasta. — Conclusões: decadência artística e industrial; paralelismo estético com uma civilização proto-histórica».

Pela simples leitura dos sumários dos cinco capítulos em que Rocha Peixoto dividiu este seu trabalho se pode ajuizar, imediatamente, da largueza como se ocupou da olaria distribuída pelos 3 concelhos de Barcelos, Braga e Vila Verde.

Mas é pela leitura atenta, seguida página a página, que se verifica a profundidade deste notável trabalho em que não foi esquecido referir certos pormenores que poderiam escapar a um observador menos atento.

Os conhecimentos arqueológicos de Rocha Peixoto permitiram-lhe, em justa medida, realçar semelhanças de várias naturezas com cerâmicas, quer remotas, como por exemplo da época neolítica e das idades do bronze e do ferro, quer de civilizações históricas, especialmente grega e romana.

A propósito da cerâmica grega exalta a sua importância na página 227, nos seguintes termos: «Nos oitenta mil vasos legados pelos gregos, os mitos religiosos, a ideia e os atributos dos deuses, as lendas pré-homéricas, a vida íntima e guerreira, o mobiliário, o vestido, as armas e a infinidade de minúcias acessórias, têm uma representação mais vasta do que todos os outros monumentos, mais clara, não raro, do que as adensadas narrativas dos textos».

As primeiras seis páginas do proémio, ou nota preliminar, constituem uma excelente lição sobre a evolução técnica da olaria. As restantes 38 páginas, recheadas de ensinamentos, completam o trabalho que é, sem favor, um dos melhores trabalhos publicados sobre ergologia popular portuguesa tratando especialmente da arte da olaria, acerca da qual os espanhóis dizem: *Alfareria, oficio noble y bizarro y de todos el primero. Para gloria del barro Dios fue el primero alfarero y el hombre el primero cacharro.*

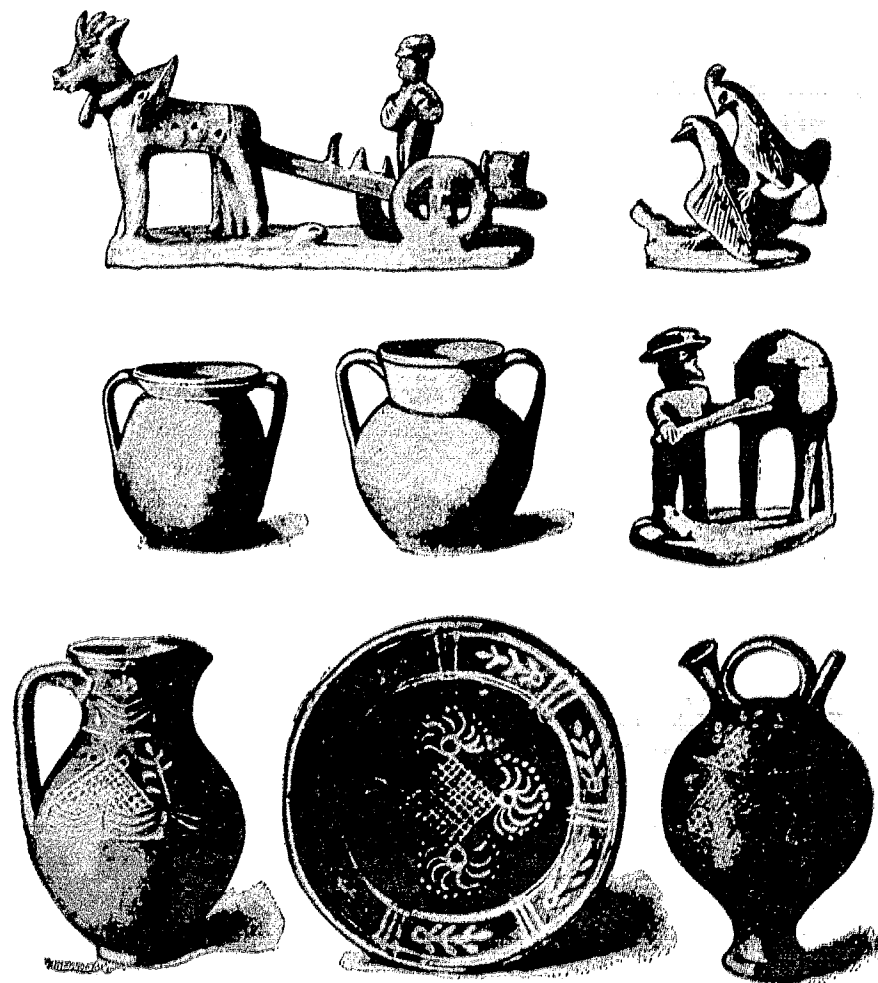


Fig. 3—Peças da cerâmica da zona de Barcelos reproduzidas por Rocha Peixoto no seu estudo sobre «As Olarias de Prado», publicado na *Portugália* em 1900.

Iluminação popular é um belo trabalho de 14 págs. e 36 figuras, datado de Agosto de 1902 e publicado no vol. II da «Portugalia», 1905-1908, págs. 35 a 48.

Neste trabalho avulta o etnógrafo criterioso.

A par do conhecimento directo colhido em andanças por aldeias e serranias surge, a cada passo, num justo critério de etnografia comparada, a transcrição de vários autores, quer nacionais quer estrangeiros, de factos, materiais, objectos ou costumes similares.

A prova do conhecimento directo que este etnógrafo andari-lho tinha dos assuntos que estudava está bem patente numa passagem da pág. 36 do trabalho que analisamos. Nessa página alude à dificuldade que havia em fazer lume, o que justificava o velho costume de à noite, na lareira, se juntar o brasido e cobri-lo com cinza ou borralha, fazendo a borralheira.

Deste modo, na manhã seguinte, as brasas vivas que ficaram cobertas pela cinza da borralheira, levemente sopradas despertam fogo vivo, por, debaixo da cinza, se ter conservado «o brasido alerta».

Essa passagem diz respeito à circunstância de, por qualquer motivo, ser preciso percorrer a casa da noite.

Não dispondo de qualquer tipo de acendalha, nem sequer dos «lumes de espera galego», que ainda vi nos meus tempos de menino, em muitas aldeias do norte de Portugal a dificuldade era resolvida por processos primitivos que Rocha Peixoto refere, e não resisto a transcrever.

«Com o brasido alerta, para percorrer a casa de noite bastavam hastes de abrótea já secas e previdentemente reservadas para tal. Assim persistiu o uso do asfodelo ou gamão em Castro Laboreiro e na Serra d'Arga, no Soajo, em todo o concelho de Montalegre, na Campeã, nas serras de Bornes e Nogueira e em terra de Miranda. E o mesmo destino já arcaico mantém ainda, por economia, o emprego do *trocho* de urzeira em Terras de Barroso: a silva e a *gandra* ou vara de urze branca, colhida depois da *ucha* (queimada) na Cabreira; a *saganha* ou *carranha* (carrasca) trazida do alto, pelos pastores das vezeiras, no Gerês; os *guiços* de *carquejo*, despojos carbonizados após as queimadas na Serra Amarela; os *murracos*, por fim, ou sejam as cascas de vidoeiro enroladas e já secas, em Lindoso. Mas a duração dessas luzes é breve, como é breve a *isca de coiro* obtida com a umbela dum cogumelo do género *Boletus*, o *B. igniarius* L., basidiomiceto «pro fomite inservit». Conservar a brasa era, pois, o recurso d'outrora e nomeadamente onde não seria fácil obter a pederneira».

Atente-se nas citações das regiões que interessavam ao caso. Castro Laboreiro, Serra d'Arga, Soajo, todo o concelho de Monta-

legre, Campeã, serras de Bornes e da Nogueira, Terra de Miranda, Terras do Barroso, Gerês, Serra Amarela e Lindoso.

Repare-se também na indicação precisa dos elementos incinerantes que levados ao «brasido alerta» da borralheira permitiriam luz bastante para, embora em breve duração, alumiar as pessoas, em nocturna e rápida volta pela casa, num fugaz inquérito. Os elementos incinerantes foram citados na justeza dos seus nomes populares e logo dada a explicação da sua natureza e origem. Isto marca bem o critério científico, as apuradas qualidades de observação, a inteligente preocupação de dar de tudo explicação suficientemente clara, o que faz de Rocha Peixoto um etnógrafo de extraordinário mérito. Na transcrição que fiz são apenas, e precisamente, 16 linhas do belo trabalho sobre iluminação popular. Por este pequeno trecho se podem avaliar as qualidades e o talento de Rocha Peixoto, aliás exuberantemente manifestados em tantas e tão ricas páginas dos seus notáveis trabalhos.

Sem esquecer o *cornipo* ou *galhipo* (em Lindoso), isqueiro feito de corno de cabrito, o *resineiro*, as *lumieiras* de colmo e as *fachas* usadas na pesca, alude à vela e ao brandão. Passa depois ao estudo das candeias e candeiros de que dá bons desenhos de vários tipos ou modelos.

Fundindo em vasilhas de barro ou de ferro os figados de alguns peixes o poveiro obtinha a *graxa* com que temperava as suas

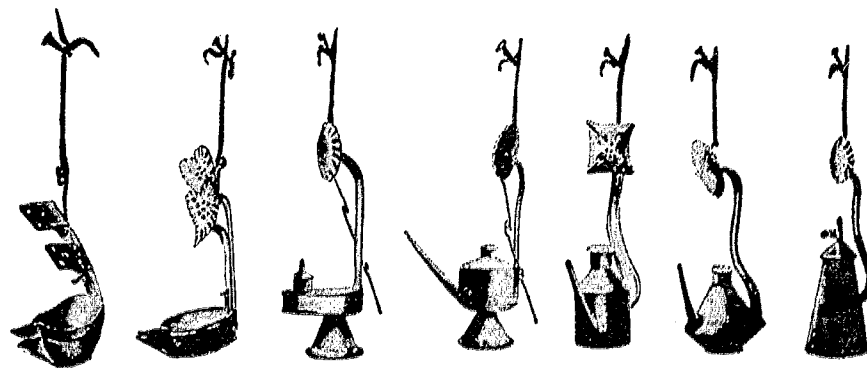


Fig. 4—Candeias de folha de ferro reproduzidas por Rocha Peixoto no seu estudo «Iluminação Popular», publicado na *Portugalia* em 1905.

A candeia desenhada em segundo lugar (a contar da esquerda) figura um exemplar encontrado pelo ilustre etnógrafo na Póvoa de Varzim.

candeias. Na maior parte das regiões o que ardia nas candeias ou candeeiros era o azeite ou o petróleo; um ou outro destes produtos determinando os respectivos modelos. O cebo «derretido num caco de telha ou loiça côncava» era também o combustível usado «em Castro Laboreiro e outros lugares minhotos».

Rocha Peixoto numa agudeza de observador atento, ao descrever a candeia e ao aludir ao seu gancho de suspensão, fala do *mancebo* ou *velador* (1), haste de madeira que ampla e sólida base mantém ao alto, e em cujos furos se pode espetar o bico do gancho da candeia a diferentes alturas.

A propósito do pausinho que se vê em muitas candeias para erguer a torcida, tirar o morrão e reavivar a chama, Rocha Peixoto não se esqueceu de citar a adivinha da candeia que é assim:

Burro de ferro,
Albarda de linho,
Tiquele, tiquele,
Com um pausinho.

Ao longo de todo o trabalho as comparações surgem oportunas, marcando uma vasta erudição atestada pela bibliografia indicada sucessivamente em fundo de página.

As referências a remotos processos de iluminação com que povos da antiguidade, gregos e romanos, «iluminavam os caminhos, faziam os sinais em tempo de guerra, celebravam rituais dos cultos e veneravam os deuses e os heróis» são outras tantas manifestações do alto espírito de Rocha Peixoto e da sua grande cultura.

Ao referir-se às *lamparinas* acesas nos quartos, de noite, «para velar medrosos e doentes», e empregadas nos candeeiros de lavoura, nas alminhas, cruzeiros, ermidas, capelas ou igrejas, escreve: «Frente a estes (refere-se aos cruzeiros) às capelas, aos edículos dizendo picturalmente as penas que castigarão os pecadores, crepita com frequência uma chama alimentada pelo azeite dos devotos, como na Roma pagã, ante os deuses, ardia o mesmo azeite das oferendas — costume religioso e também funerário que os cristãos logo adoptaram, suspendendo lâmpadas das abóbadas das capelas e das criptas».

(1) É bem conhecida a seguinte quadra popular:

Apagás-te-la candeia
Que estava no velador.
Agora vai-te o deitar
As escuras meu amor.

Rocha Peixoto, ao finalizar o seu belo trabalho sobre a iluminação popular, diz que a mesma ainda é um «educativo depoimento da sobrevivência de costumes cuja origem vai quase olvidada e perdida».

Num remate que não transcrevo na íntegra para não alongar estas considerações, escreve: ...; «a vela enfeitada da promessa, como o facho afestoado helénico; a calote simples ou em bico como o licnos grego; a lucerna inicial, ainda sem disco, e a lucerna de parentesco fenício; o esquema da lucerna romana subsistindo nas transfigurações ulteriores de candeeiro e candeia; a lanterna do padrão, já exumado em Pompeia e Herculanium; os materiais; os temas decorativos; tudo nos aproxima das épocas remotas que, sequer da idade do bronze à antiguidade greco-romana, e principalmente à magnificência latina, têm ainda entre nós um eco retardado e longínquo — eco que a iluminação química mineral e eléctrica mais e mais reduzirá, com os tempos, a uma fugaz remeniscência!»

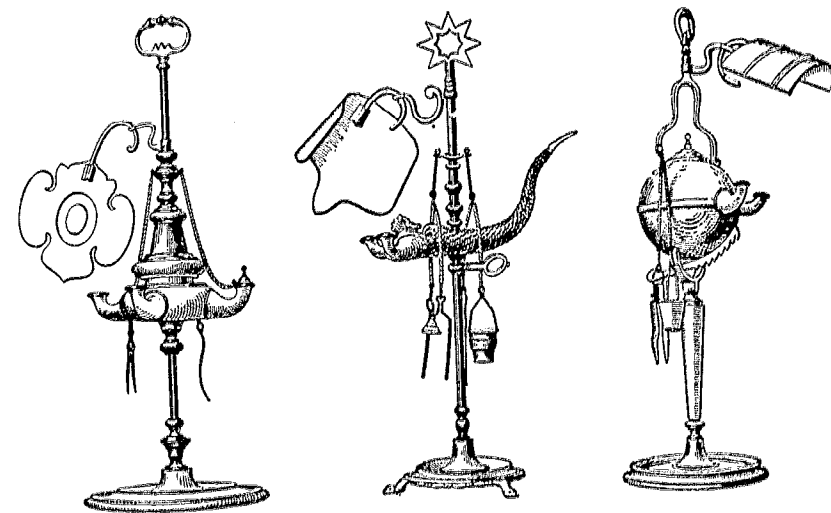


Fig. 5.—Candeeiros de latão reproduzidos por Rocha Peixoto no seu estudo «Iluminação Popular», publicado na *Portugália* em 1905.

Tabulae votivae (excerto) é outro excelente trabalho de etnografia datado de Maio de 1905, em que, mais uma vez, se atestam as brilhantes qualidades de Rocha Peixoto. Foi publicado na «Portugalia», T. II, Porto, 1905-1908, Porto, 1908, págs. 187 a 212, 11 figs.

O prazer da leitura dos trabalhos deste notável investigador, e a excelência dos mesmos, aguilhoam-nos a fazer amplas sínteses com largas transcrições da sua prosa de consumado escritor.

Mas há que, forçosamente, reduzir, sumariar.

O trabalho *Tabulae votivae* é o estudo dos ex-votos, quase sempre pequenas táboas pintadas onde, em homenagem gratulatória à divindade, se «atestam e celebram admiráveis milagres, proclamando assim e perpetuando o reconhecimento pelas graças obtidas».

Por via de regra a legenda alude ao obreiro do milagre e começa pela abreviatura M. Q. F.—*milagre que fez*... Nosso Senhor, Nossa Senhora ou determinado Santo, «acudindo a um naufrágio ou a uma desgraça, impedindo ou atenuando os efeitos dum acidente ou curando uma moléstia».

Rocha Peixoto, de entrada, faz considerações sobre a evolução histórica destas manifestações de culto e homenagem às divindades sempre com o mesmo sentido, pois era igual a intenção dessas manifestações, e sempre com o propósito de merecer o favor dos deuses.

Era assim nos templos egípcios e nos templos helénicos. Foi assim também em Roma.

Rocha Peixoto refere as *tabulae* dos romanos, ou antes *tabellae*, dadas as suas pequenas dimensões, e bem assim as *tabulae pictae* e as *tabulae devotionis*, estas «onde os cocheiros do Circo votavam aos deuses infernais os seus competidores». São muitas as referências atestadas em ampla bibliografia com a indicação justa das páginas onde colheu as informações.

Até neste pormenor Rocha Peixoto marca a sua superior qualidade de trabalhador intelectual.

Descreve, e reproduz em gravura, o retábulo em tela, existente no templo do Bom Jesus do Monte, em Braga, pintado pelo «admirável desenhista» Domingos António Sequeira, no ano de 1809.

O belo quadro «solenisa o milagre da chegada dum navio de há muito demorado na sua rota da Índia a Lisboa».

Rocha Peixoto reproduz as legendas de 92 ex-votos de grande número de santuários, capelas e igrejas, especialmente do norte de Portugal, mas há-os também de Aveiro, Ilhavo, Figueira da Foz e até um da capela da Senhora de Aires, em Viana do Alentejo, no qual se lê que aquele ex-voto, foi oferecido, por Manuel Salvador e sua mulher, «a N. S. de Aires em acção de graças por ter livrado duma morte desastrosa ao dito Manuel Salvador no ano de 1812».

Vamos transcrever algumas legendas para que se possa ajuizar da ortografia viciosa de muitas taboinhas votivas onde, como escreve Rocha Peixoto, «a inscrição concisa e prolixa é, de ordinário, um risonho depoimento cacográfico onde os vícios dialectais, as corruptelas populares e as abreviaturas incongruentes se alinham num espaço restricto que, muitas vezes, obriga à multiplicidade das letras inclusas e conjuntas, à mescla de maiúsculas e minúsculas, ao emprego simultâneo de normandos e cursivos, a uma pontuação e fantasiosa separação de vocábulos pela abundante cópia de pontos, triângulos, silvas e estrelas».

A forçada restrição obriga a transcrever apenas as seguintes:

Milagre que fes S. Gonçalo à Gente da Gallera Fama por Intercessão de hum / seu devoto vindo do Rio de Janeiro, estando a Oeste dos Açores 24 graos em 26 de 8br.º 1821. S. Gonçalo. *Amarante*.

M. que fes N. S. dabadia abalthezar dearavio da / frg.ª des. p.º de Figrd.º andando ele alem devilla real emsim / a de hua caza 30 palmos de alto escorregol chamoi porn. s. nõa teve prigo. *Santuário da Abadia. Terras de Bouro*.

Milagre que fes / Nosa Senhora do / Carmo a hun seu / devoto estando / despedido dos / medicos milhorou / em 8 dias no ano / de 1712. *Igreja de S. Vicente. Bragança*.

M. Q. F. o Sr. da tribvna a Jvze Lopes. dematvs de / Gatols q. este de. vinos. folservido de selembrar da sv / a nisdade, q teve hvm minino de, trinta etres dias / e a sim q. se se pegov com odito Sor logo mamõem sva may fol / este em oanno d e 1759 años. *Museu Municipal da Figueira*.

M. q. fes asnrº Sto Barbara / ao rv.º p.º Franc.º capellão mor desta fortaleza / era 1813. *Capela da Senhora do Castelo. Póvoa de Varzim*.

Cita Rocha Peixoto alguns retábulos de forma artística mais culta.

Uma pintura em tábuas do Museu das Janelas Verdes em que «figura um cavaleiro de S. Tiago ajoelhado, com o elmo ante si e fazendo voto, divisando-se ao fundo grupos de cavaleiros mouros e cristãos aprestando-se para a liça».

Cita outro retábulo, gravado e esmaltado em bronze quadro votivo de primorosa arte borgonhesa pertença da Cartuxa de Basileia, no qual figuram de joelhos «o duque de Borgonha Filipe o Bom, o filho Carlos o Temerário, a duquesa Isabel e os filhos desta, mortos novos, cada qual armoriado».

As quatro tábuas da Sé de Évora celebram o voto de Afonso IV a propósito da jornada do Salado. «Numa o monarca faz o voto antes de se partir contra a Mourama; na segunda representa-se a saída; noutra chega o rei entre homens de armas com o príncipe sarraceno prisioneiro; e na última cumpre o voto prometido».

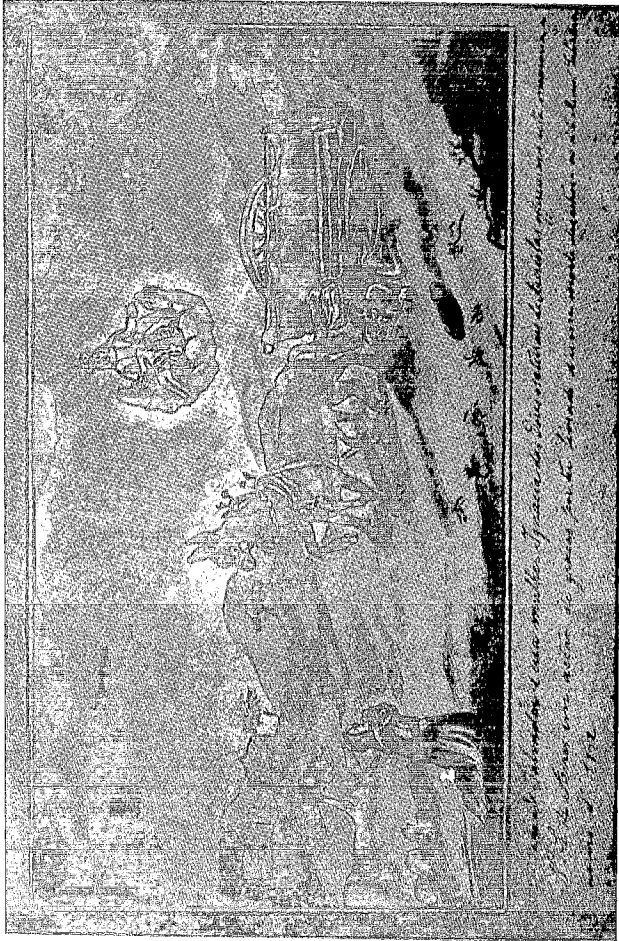


Fig. 6 — Tabua votiva da Capela de N.ª S.ª de Aires, de Viana do Alentejo, reproduzida por Rocha Peixoto no seu estudo sobre as «Tabulae Votivae», publicado na *Portugalia* em 1906.

São plenas de erudição as últimas páginas (209 a 212) deste trabalho onde, mais uma vez, rebrilha o alto espírito de Rocha Peixoto e a sua vasta cultura.

Começa, na página 209, por dizer: «As actuais *tabulae votivae* portuguesas, espanholas, italianas, francesas, outras mais, sucessivamente se enlaçam através dos depoimentos históricos e artísticos, louvando as graças divinas de passo que elevam sobretudo a fortuna suprema da saúde e da vida».

Bem mereciam ser transcritas na íntegra as certas considerações que Rocha Peixoto faz na última página do seu trabalho, respeitante às modas, que determinaram desvios na ondulante e caprichosa credulidade humana, modas que diminuem o culto ou atracção por determinado santuário e o sabalternisa em favor dum outro. A propósito cita a facécia popular que diz: «A Senhora do Sameiro foi o Diabo que apareceu ao Bom Jesus do Monte».

Termina o magnífico trabalho sobre as *Tabulae votivae* assim:

«Os lugares escolhidos para a edificação dos santuários, as águas milagrosas que lhe andam adjuntas, as solenidades periódicas, a exibição de curas assombrosas, as alucinações que desvendam e aproximam as divindades, a multiplicidade de oferendas que engrandecem os templos e alfaias, a especialização dos atributos e poderes divinos, as novas modas dos novos deuses, constituem ainda, como outrora, aspectos da eterna e universal ficção que estabelece semelhantes relações entre o homem e a onnipotência sobrenatural de que julga depender. Ora os retábulos, que glorificam Deus memorando a doença ou a catástrofe subjugadas, não são mais do que outro pormenor sobrevivente».

O *traje serrano (Norte de Portugal)* publicado no Tomo II da «Portugalia», págs. 360 a 389, tem nada menos de 55 figuras, fotografias e desenhos, e no final a indicação seguinte: Porto, Agosto, 1906.

Nas primeiras 5 páginas Rocha Peixoto faz considerações sobre a evolução do traje através dos tempos, desde o paleolítico, em que os homens, nómadas e caçadores, para se defenderem da hostilidade das intempéries se cobriam das peles dos animais que caçavam em grande número para lhes comer a carne.

Depois, com o neolítico, vem a «fase agrícola, a apropriação dos filamentos interiores de certos vegetais, consequência dum saber já adquirido e da experiência, porventura anteriormente feita com o entrelaçamento de folhas de plantas».

Este entrelaçamento foliar, possível passo inicial da tecelagem, ainda hoje se patenteia, como diz Rocha Peixoto, nas sandá-

lias de esparto, nos chapéus de palha rurais, nas coroças e coruchos, na esteiraria, na cestaria e na ceiraria.

A ingénita vaidade humana faz com que aos homens sempre seja grato sobressair, salientar-se, brilhar. Daí os primitivos pintarem o corpo com «rabiscos e gregotins», tatuarem-se e mutilarem-se. É sempre, através dos tempos, aos homens foi grato adornarem-se «com a mais vária e confusa multiplicidade de enfeites, ou vestindo-se mesmo com prodigalidade e exagero, ainda que sob um clima terno e um céu clemente! Para as mulheres, sobretudo, foi e será a arte suprema, depois do que e sômente o convencional sentimento do pudor é atendido».

Alude a velhos trajes regionais de várias regiões da Espanha e da França, alguns «vinculados por uma antiguidade de quatro e cinco centúrias» e outros que passavam de pais a filhos mesmo até à quarta geração.

Com a evolução da técnica e a facilidade das comunicações, novos tecidos, e mais baratos, vieram substituir os antigos, por melhor adaptados às novas modalidades dos cortes e à evolução das modas.

E assim é que os velhos tecidos, os velhos modelos tradicionais, só se mantiveram acantonados nas serras, «pelo quasi sequestro das populações, pelo respeito atribuído ao passado, pela rotina manufactureira local, pela limitação aos recursos de em volta, pelo próprio sentimento de conservar resistente e durável o que tão penoso fora de produzir e elaborar».

Ao proceder ao registo do que constituiu «a vestidura» do montanhês do norte de Portugal, Rocha Peixoto começa pelo estudo das roupas interiores.

As camisas para ambos os sexos eram feitas «só de linho ou de estopa e tomentos, ou, em regra, de linho a metade que vai até à cinta e de estopa a restante — pois que é esta a que mais se gasta».

Alude a vários tipos de camisas consoante as regiões; umas mais compridas, outras mais curtas, umas para o trabalho outras para os dias festivos. Estas com abundantes folhos das fraldas e dos tufos anteriores, enfeitadas com rendas e abertos. Em terra de Miranda as camisas de homem eram ricamente enfeitadas com tufos, franzidos e bordados a branco ou policrómicos, especialmente nas ombreiras e nos colarinhos.

Vem depois uma curta referência às saías brancas ou anáguas das mulheres.

São mais pormenorizadas as referências às meias dos serranos feitas com a lã das suas ovelhas.

E assim refere os *carpiás* ou *meiotes* dos homens e as *piucas* das mulheres, isto é, meias sem pé, ou seja só o cano, que protege



Fig. 7 — Montanhês do Lindoso (Minho). Fotografia de Rocha Peixoto reproduzida no seu estudo sobre «O Traje Serrano», publicado na *Portugália* em 1907.

a perna do joelho até ao tornozelo. A este tipo de meias femininas chamam na Gralheira e em Montemuro *redondas* ou *derrabadas*.

Em Cabração, faldas da serra de Arga, usavam as *piucas* de *cabrestilho*, isto é com presilha por baixo; em Sendim de Miranda as *meias de meio pé*; em algumas povoações do planalto barrosão «as quasi esquecidas *adelhas*, que eram piucas com calcanhar e sem pé, dando a ilusão, quando a mulher estava calçada, de que efectivamente usava meia inteira!»

Rocha Peixoto estuda em seguida as roupas exteriores feitas com o burel tecido com a lã caseira.

Em Trás-os-Montes o burel é conhecido, em geral, pelo nome de *pardo*.

O *riscadilho* ou *rascadilho* de Castro Laboreiro, e a *xerga* ou *enxerga* de Miranda do Douro, são bureis menos espessos e mais leves, em regra destinados às roupas das mulheres e das crianças.

Se à lã se associa a estopa, com o fim de adelgaçar o burel, tornando-o mais brando, obtem-se a *sirguilha* ou *serguilha* (Soajo, Lindoso, Gralheira) a *liteira* ou *fraldica* de Arga, o *chiscado* de Vilarinho de Negrões, e, quando a estopa é substituída por algodão, o *amantezado* de Castro Laboreiro.

Todos estes tipos de tecidos são apisoados para lhe dar «maior alisamento e maior firmeza». Por isso depois de fabricados no tear caseiro «vão ao fulão a apisoar — a *fuloar* como em geral dizem — complemento este de correcção já conhecido desde remota antiguidade. *Meio fulão* basta para os tecidos mixtos que, nem por ocuparem menos o pisocairo, se denominam simplesmente por vezes, como os bureis legítimos, *fuloados*».

Rocha Peixoto refere-se à tingidura dos tecidos por processos vários, nomeadamente por produtos vegetais, como p. ex. com a casca de amieiro (Gralheira).

É de crer que Rocha Peixoto tivesse em mente elaborar um trabalho especial sobre os vários processos populares de tingir os tecidos, porquanto, em nota de fundo de página, escreveu: «Como tenham de ser objecto de estudos especiais as artes e indústrias que interessam ao vestuário, o A. abstem-se neste lugar, de pormenores técnicos».

No vestuário das mulheres serranas as saias exteriores eram «de liteira, de chiscado, de burel ou de pano de fora, monocromáticas ou listadas, com pregas, tomados ou refegos e mais ou menos roda. Em Terras de Miranda e em Pitões ainda subsistia o rectângulo de pardo, que as mulheres idosas usavam à roda da cinta e pendente como a «capolana» usada pelos indígenas de muitas regiões africanas. Deste rectângulo de pardo, já em franco desaparecimento, subsiste, em Terras de Miranda e em Castro Laboreiro, o *fateiro* de burel com que se envolvem as crianças da cinta para baixo.

Diz Rocha Peixoto que em Miranda o ideal das moças era possuir *saia de pano*, «dá-la à filha significa que está já casadoira». Em Castro Laboreiro o luxo era a *saia de sete cutelos*, «isto é, formada de sete tecidos diferentes, sendo, à frente, burel branco, e a seguir saragoça, palmilha e outras mais».

As peças de vestuário que não se podiam fazer em família eram entregues ao alfaiate que, em tempos idos, vinha fazer o *terno*, calça, colete e jaqueta ou *véstia*, a casa do interessado, onde, além da jeira, comia, bebia e dormia, e trabalhava sob a directa inspecção do interessado e seus familiares.

As calças, e calções ⁽¹⁾ de vários formatos, mais justas ou mais largas, têm remota ascendência, que Rocha Peixoto recorda citando vários autores.

Acessórios muito apreciados nas Alturas e em Pitões eram as *tiradeiras*, suspensórios em geral feitos de linho, bordados a ponto de cruz em azul, verde e vermelho, e salpicados de missanga.

Os *manteus* das mulheres serranas, o capote ou *garnacho* de Alhões e as capas compridas de *pardo*, com gola e sem mangas, são o abrigo contra o frio.

Entre estas avulta a *capa de honras de Miranda*, de que o A. publica fotografias e desenhos das *aletas* do *capuz*, da *abertura* e da *honra* ⁽²⁾, peças bordadas à tesoura em recortes feitos em burel sobreposto e cosido ao burel da capa.

Uma *capa de honras*, se os bordados à tesoura ou arrendados eram delicados e perfeitos, levava cerca de trinta dias de trabalho. É uma peça cheia de nobreza que se fazia para toda a vida.

A *capucha* de burel, de tomentos ou de saragoça, capuz que raro excede em comprimento o meio do corpo, é comum a muitas serras do norte de Portugal. Na serra de Arga tem o nome de *capêlo*.

(1) Acerca dos calções são muito interessantes as considerações que, sobre esta peça do vestuário masculino, faz o Sr. P.^e António da Eira no seu belo trabalho *Comunitarismo em Trás-os-Montes*, Chaves, sem data, 16 págs., que constituiu uma brilhante comunicação feita à Sociedade Portuguesa de Antropologia, na Fac. de Ciências do Porto, em 11 de Maio de 1965. Na serra do Marão na plaina ou chã da Campeã, fica a pequenina freguesia de Quintã. Diz o P.^e António da Eira: «reza a lenda que quando já todo o mundo serrano usava calções «os homens de Quintã, ainda seguiam a moda antiga dos balandraus sem perneira». A troça com que os povos vizinhos zombavam os de Quintã, por teimarem no uso do balandrau, levou-os a adoptarem também a moda do calção. Simplesmente tal decisão coincidiu com a introdução, ali ao redor da moda das calças compridas, o que lhe valeu o apodo de *calçonicos*. Hoje os de Quintã recitam como hino guerreiro: Calçonicos de Quintã / tanto pobres como ricos, / já todos temos calças: / já num somos calçonicos.

(2) A *honra* é a tira ou rabicho que pende da gola até meio das costas e termina por uma franja de tiras do próprio burel. É a propósito desta peça da capa de honras que os mirandezes dizem: *A honra também se gasta*.

A *capucha*, diz Rocha Peixoto, «inscreve a sua origem no *cucullus* que se adaptava ao *sagum* ou à *lacerna* gauleza, ou se alongava, como capa, pelas espáduas, procedendo dos povos do norte e dilatando-se até à Etrúria e Roma».

Como abrigo contra a chuva usam os serranos as *palhoças* feitas de jungo, conhecidas por vários nomes consoante as regiões: *coroças* (Campeã), *corôços* (Vilarinho de Negrões), *coruchos* (Germil, S. Silvestre da Ermida, Cutêlo) e *corucêlos* (Pitões).

Na cabeça as mulheres serranas usam o *lenço*, acontecendo mesmo, como em Sandim de Miranda, o uso «de dois sobrepostos, envolvendo o exterior o queixo e a testa — de sorte tal que não poucas vezes só aparecem à luz as aberturas naturais da face».

Os mirandeses velhos, em defesa contra o frio, usavam — e ainda usam muitas vezes — o lenço amarrado no queixo e sobre ele o chapéu.

A *carapuça* é, no entanto, a cobertura preferida contra o frio.

Rocha Peixoto refere-se depois ao chapéu de aba larga conhecido pelas designações de *chapeu braguês* e *sombreiro*. A *gorra mirandesa*, «com as dobras viradas para o alto, abre uma excepção aos modelos consagrados».

Como calçado além das botas de cano curto apertadas à frente com cordões de couro, aos quais em Castro Laboreiro chamam *persilhas*, são correntios os socos.

Os socos ou tamancos podem ser abertos para o verão e fechados para o inverno, consoante a porção de couro aplicada à madeira é pequena, mal cobrindo o peito do pé, ou tapa este inteiramente. Se a porção de couro sobe em cano curto acima dos tornozelos toma o nome de *chanca*. Os socos são *cardados* ou *brochados* com tachas, o que evita o escorregar e impede o desgaste da madeira branda de que são feitos, amieiro (Gralheira e Bornes) e bido ou bidoeiro (Castro Laboreiro).

Das peças mais rústicas do calçado serrano Rocha Peixoto refere a *abarca* de Montemuro, os *abarqueiros* de Castro Laboreiro e as *picas* da Campeã, com as quais, diz, «actualmente só se procede ao descasque da castanha seca».

Como acessórios do vestuário serrano Rocha Peixoto cita as *polainas*, *polainas* ou *polainos*, como lhe chamavam em Montesiinho, e na Cabreira *sobrecaalça*, e como acessório feminino o avental ou *mandil*.

Em Terras de Barroso as polainas chegavam «quase à cinta, ajustando-se fortemente às pernas com a sua fileira de botões unidos».

As polainas geralmente feitas de burel eram usadas pelos homens. Em algumas localidades que cita também as mulheres as usavam. As polainas de palha usam-se em regra com as palhoças.



Fig. 8 — Mulher de Castro Laboreiro. Fotografia de Rocha Peixoto reproduzida no seu estudo sobre «O Traje Serrano», publicado na *Portugália* em 1907.

As polainas de luxo eram feitas de saragoça «caprichosamente pespontadas e munidas de fivelas e de pestanas recortadas (Miranda, etc.).

Acessoriamente, contra o frio, e em casos restrictos, como na ocasião em que em Barroso atam os molhos de centeio, usam os *manguitos, punhos, ou pulseiras* feitos de burel, com que protegem os punhos até meio do antebraço.

Rocha Peixoto faz, rápidas alusões aos *safões*, às luvas de malha de lã grosseira, aos guardasóis, que, num e noutro sexo, em muitas regiões, constituem objecto de luxo, aos *paus, cacêtes, cajatas* ou *mocas* e até a pequenos objectos de emprego comestivo como os *cornipos*, para fazer fogo para acender os cigarros, às *fumadeiras* e às *patifas*, caixas de noqueira ou lodo para guardar o tabaco ou o rapé.

Por fim occupa-se dos velhos padrões do traje serrano já em franco declínio ao tempo em que percorreu as serras do norte de Portugal em notáveis jornadas científicas.

Para encurtar reproduzirei apenas a passagem em que a mulher dos lugares mais altos da serra de Castro Laboreiro, diz Rocha Peixoto, se vestia «com capela de palmilha, jaqueta e colete de saragoça, mandil de fuloado, saia de riscadilho, calções de burel por cima das *piucas*, socos e o *fateiro* de baeta branca a envolver a criança».

Depois de referir algumas provisões régias tendentes a reprimir a sumptuosidade e os desmandos do luxo de fidalgos faustosos, e até dos prelados, dos dignitários eclesiásticos e da clerezia, diz que «as nossas leis sumptuárias de Afonso IV e de D. João I, e bem assim as ordenações afonsinas», foram ineficazes, «como afinal o foram sempre e em toda a parte — em Castela, onde no século XVI já lhes reconheciam a inutilidade, na França na Itália e na Inglaterra».

Rocha Peixoto termina o seu trabalho de esplêndida síntese sobre o trabalho serrano escrevendo:

«Mas se apesar da multiplicidade de causas que melhor mantinham o serrano alheio a intrusões e influências exteriores ou, sequer, tardo e lento para alterações nas suas vestes, ainda assim o padrão de fora se infiltrou. Agora a uniformização generaliza-se. Todas as aquisições de tão experimentado proveito se abandonam e, com o acerto, a sobriedade, as vantagens e economia, morrem também o carácter e o pitoresco do seu trajar».

O trabalho *As Filigranas*, tem a data de Janeiro de 1908 e foi publicado no Tomo II da «Portugalia», págs. 540 a 579.

É um belo trabalho ilustrado por múltiplos desenhos e fotografias, num total de 55 figuras.

Nas primeiras páginas, faz justas e eruditas considerações preliminares sobre a evolução das joias desde os tempos proto-históricos.

Arrimado a ampla bibliografia passa em revista alguns aspectos da ourivesaria no Egito, Grécia, Roma e em alguns países da Europa nos 19 séculos da nossa era, nomeadamente em Portugal e na Espanha.

Logo de entrada a fina qualidade estilista de Rocha Peixoto se afirma, quando realça a excelência do ouro, — «o mais invejável agente de sedução e domínio» para o fabrico de joias» — escrevendo: «Mas o ouro, cedendo a aplicações tão variadas e magníficas, fecundo nos empregos e fácil nas transformações, submetendo-se aos estilos ou amoldando-se simplesmente ao desvario e tirania das vaidades, sempre com o mesmo fulgor, maleável e dúctil, inalterável e plástico, reúne todos os atractivos como todas as facilidades para ser o eleito dos adornos».

Procura fazer a síntese da evolução da arte da filigrana que, diz, parece ter sido praticada no Egito, na Assíria e talvez na Índia antes da Grécia e da Etrúria.

Do século XVIII em diante a filigrana deixa de figurar na baixela e nas alfaias de culto, entra em declínio, para se confinar no «reduto que foi sempre o seu amparo mais seguro: o uso popular e a rotina».

Ao dar a distribuição da arte de filigrana no mundo Rocha Peixoto, em continuação da última transcrição, escreveu: «Assim vem permanecendo, mais ou menos, em Salamanca, Málaga e Córdova, em França, na Itália e nomeadamente em Génova, Florença, Nápoles e Roma, na Dinamarca onde se trabalha com admirável finura, na Suécia e na Noruega onde também a cruz de Malta, mas de prata, é quasi uma joia nacional, na Turquia, na África em mãos de judeus e berberes, na América do Sul, figurando os produtos mais extravagantes, na China e principalmente na Índia onde se exhibe inexcitável».

Neste trabalho sobre as filigranas brilha o espírito de criteriosa observação e análise serena, avulta o conhecimento perfeito do assunto noutros países, através de obras de nacionais ou de estrangeiros que ao mesmo dedicaram a sua atenção.

Para abreviar daremos apenas os sumários com que Rocha Peixoto encabeça cada um dos cinco capítulos em que repartiu o excelente trabalho que escreveu sobre as filigranas. Deixaremos para o fim algumas curtas referências.

I — A TÉCNICA

«Os arcabouços das peças ou armações, origens dos esquemas. — Obtenção do fio: a fiação, a tenaz e o banco; o cilindro, o taboleiro e o carrinho. Torcedura e



Fig. 9 — Mulher dos arredores do Porto ostentando jóias de filigrana. Fotografia reproduzida por Rocha Peixoto no seu estudo sobre «As Filigranas», publicado na *Portugália* em 1908.

recozimento; a denticulação. — Organização das espirais e dos crespos: a buxela, o ferro do crespo e a embatadeira. Enchimento. — Solda: as substâncias, a piruca ou aranhola e a borrachinha. — Outro recozimento. — Limpar e corar. Arcar e polir. Brunir. — A matéria prima utilizada».

II — OS ARTEFACTOS

«As primeiras joias. — Os brincos. Multiplicidade tipológica. A argola; ascendência remota e remota evolução para o esquema lunular. Anterioridade regional denunciada nas arrecadas do castro de Laundos. Procedências micénicas etruscas e fenicias. Progressos ornamentais. O brinco fusiforme e a sua perfeita identidade com o modelo fenício. O brinco com tintinábulo: este acessório já aparece nas joias troianas, etruscas, romanas e ibéricas. Outros temas e a sua filiação artística e técnica. — Cordões, colares e gargantilhas. As contas e os modelos toscanos. — A cruz de Malta, os crucifixos, os relicários e os corações. A cruz e o coração motivos de preferência em todas as manifestações artísticas populares. — Os broches. — Os berloques. — Os anéis. Seu apreço. Sobrevivência de padrões italo-gregos. — As pulseiras; aberração e desvario das formas preferidas. — Os alfinetes de cabeça e seu desuso. Conclusões».

III — OS ACESSÓRIOS: PEDRAS E ESMALTES

«A associação de gemas com os metais nobres. Preferências ou domínio de certas pedrarias. Emprego paralelo da falsa joalheria. A sua introdução em Portugal. — O quartzo hialino. Os lapidários de Contumil. A corporação dos lapidários de Penafiel, ignorada ou já esquecida. Como desbastavam, facetavam e poliam o cristal de rocha. As clientelas de Guimarães e Gondomar: como elas, com as fraudes, se subverteram e despenharam a lapidação. Triunfo dos vidros corados estrangeiros. — Hipóteses sobre a invenção dos esmaltes. Os esmaltes de origem céltica. Futuro papel nas artes sumptuárias. Os esmaltes aragonezes; deles derivam, porventura, os nossos esmaltes artísticos. Sobriedade de concepção, factura e paleta do esmalte português. Agiolócio e geométrica. — O esmalte popular. Paralelismo dos nossos padrões com certos da idade do ferro. Os dois processos de fabrico. — O esmalte industrial, ordinário e alheio, invade o mercado português».

IV — USOS E COSTUMES

«A sedução dos ornamentos. A exageração antiga e a exageração bárbara. Sobrevivências: «o peito da minhota é um céu estrelado». Multiplicidade e profusão dos adornos: nas mulheres, nos anjinhos, nos andores, nas imagens, nas cruces e nos arcos festivos. Os mostruários das feiras e das romarias. A acumulação dos artefactos de ouro como uma das formas antigas de capitalização. Entretanto os revezes familiares e os abalos sociais promovem frequentes destruições. Melhor se mantém as alfaias sacras. Novos destinos do numerário sobreceleste. A ostentação, não obstante, perdurará. Inanidade já antiga de todas as repressões. A eterna comédia humana!»

V — CONSPECTO SOCIAL

«Regiões de fabrico actuais e extintas. — As propriedades de outrora. A decadência e as suas causas: flutuações da moda, logros e moderno regime das contrastarias. Identidade das fraudes, já antigas, dentro e fora do país. Tentativas seculares, ininterruptas e insuficientes de repressão. O descrédito. A crise. — Reviscência e seus factores. Outra vez a moda. Novas oficinas. — A população industrial. Condições de trabalho e regime económico. A disparidade entre o

lucro do mercador e a retribuição do fabricante. Inópia tradicional e agravada do artifice. — O aprendizado. Regimene educativo. A especialização. Os modelos. Os canhenhos. As circunstâncias em que se operam «progressos». — Miséria económica, miséria física, miséria moral».

Seria muito o que havia a realçar de bom, mesmo de excelente, neste notável trabalho sobre as filigranas. Pelos sumários dos cinco capítulos pode bem ajuizar-se a largueza e a profundidade das considerações feitos por Rocha Peixoto sobre tão interessante matéria.

Ao tempo do estudo de Rocha Peixoto a indústria das filigranas exercia-se nas cercanias do Porto «nas freguesias de Rio Tinto, Fânzeres(?) e S. Pedro da Cova, e, com mais intensidade, nas de Valbom e S. Cosme de Gondomar. Mais ao norte na freguesia de Travassos, concelho da Póvoa de Lanhoso, não contando os fabricantes das freguesias de Oliveira e Sobradelo, no mesmo concelho, exclusivamente votados, a bem dizer, à profissão de conteiros».

Em tempos houve também filigraneiros nas cercanias de Guimarães e Famalicão.

Para a decadência da indústria filigraneira concorreram várias circunstâncias que Rocha Peixoto aponta. Fraudes e falcaturas foram muitas; mas a circunstância de maior peso no declínio desta indústria foi, certamente, a baixíssima retribuição do fabrico, enquanto que «o intermediário reclama para si um lucro leonino».

Conhecedor da ganância do tráfico dos mercadores em detrimento dos artifices filigraneiros Rocha Peixoto termina assim o seu belo trabalho.

«Assim vegetam e se aviltam, trabalhando entretanto com a perseverança a que a vida rudemente obriga, vida que pelo aspecto da oficina, da casa miserável, da pobre vestidura, do mobiliário humilde e até do aspecto físico do habitante, tanto contrasta com outra que decorre inocuada, satisfeita e galante — a de alguns dos que compram, por preços que ele quasi ignora, as suas mais lindas bijuterias!»

Alguns trabalhos de Rocha Peixoto são tão bem feitos que se podem considerar modelares.

Um trabalho em que atinge alto nível como etnógrafo e sociólogo é aquele em que estuda algumas manifestações de *regime comunitário em Portugal*.

Se atentar em que tal trabalho, consoante o Autor indica no subtítulo, é um resumo ou síntese duma monografia inédita, podemos ajuizar do que se ia tal monografia se a morte não lhe tivesse impiedosamente ceifado a vida, em pleno fulgor de actividade científica.

Este trabalho foi publicado sob o título *Survivances du régime communautaire en Portugal (Abrégé d'une monographie inédite)*, in «Annaes scientificos da Academia Polytechnica do Porto», vol. III, Coimbra, 1908, págs. 205 a 221.

Logo de entrada acentua ser principalmente na Serra que ainda se encontram manifestações do regime comunitário, porquanto na Ribeira apenas subsistem aqui ou ali escassos e diluidos restos de tal regime.

Esta divisão em Serra, regiões da montanha, e Ribeira regiões da planície, divisão que corresponde perfeitamente a dois sistemas de vida em correspondência com as respectivas condições orográficas e climáticas, parece ter sido pela primeira vez estabelecida de maneira formal por Rocha Peixoto e corresponde a um justo conceito ecológico.

Sobre os numerosos vestígios do regime agrário «comunalista», que aliás subsistem noutros países da Europa, Rocha Peixoto com o seu alto espírito de observador e de crítico, reuniu importantes materiais.

A colheita directa que fez, e Deus sabe com quantas canseiras e fadiga, transparece discreta numa ou noutra passagem. Assim a pág. 218 do trabalho que vimos analisando, quando trata do forno comunitário, frequente em muitas aldeias do planalto da serra de Barroso, alude à sua dupla finalidade. A primeira a de nele cozerem o pão todos os vizinhos da aldeia; a segunda a de servir de albergue que a generosidade benfeitora e caritativa das aldeias serranas oferece aos viajantes. E acrescenta: «Fréquentment, les marchands et les mendiants vont s'y loger pendant quelques jours — et parfois même les investigateurs ethnographiques!... — les populations fournissent avec la générosité qui s'est tarie dans la Ribeira, toutes les ressources possibles pour faire dans les locaux des séjours prolongés!».

Os terrenos baldios, ou de comum, distribuíam-se em Portugal por dezenas de milhares de hectares; numa grande parte submetidos à *administração legal* das Juntas de Freguesia, como bens comunitários. Porém no que respeita ao proveito a tirar das terras baldias ou maninhas, não dependiam «das deliberações das Juntas de Freguesia nem de outros poderes hierárquicos» mas sim das assembleias do povo.

Por tal motivo os terrenos baldios que produzissem pastagem eram logradouro de todos os habitantes do lugar que tivessem gado. Nos terrenos de mato ou monte, os maninhos, todos os vizinhos podiam ir cortar mato para astrar os aídos dos gados. As matas forneciam os produtos florestais que eram repartidos proporcionalmente por todos os «fogos» da aldeia. A assembleia do povo podia proibir a pastagem ou o corte de mato ou de lenhas e madei-



Fig. 10 — Rocha Peixoto

Desenho publicado no n.º 445 do jornal *O António Maria* (Lisboa, 26 de Fevereiro de 1887, p. 2).

ras em certas zonas dos baldios, que, de tal modo, ficavam submetidas a um regime transitório de proibição ou reserva. São as zonas que, diz Rocha Peixoto, na serra de Barroso se designam «coutados».

Se bem que os terrenos baldios constituíssem um bem comunitário, e portanto inalienável, em especiais condições, que Rocha Peixoto enumera, certas porções, talhões maiores ou menores dos maninhos, eram vendidos. Com o dinheiro realizado se realizavam obras de interesse colectivo tais como: obras na igreja ou na capela, construção dum lavadouro, reparação dum moinho ou do forno comunitários, exploração de águas destinadas às fontes públicas, ou construção do cemitério.

Mas, logo a seguir, acentua de maneira bem frisante.

Contudo a desamortização global ou em massa dos bens de comum nunca foi tentada e nunca o será «par suite de l'impossibilité où sont les peuples de renoncer à des droits traditionnellement communautaires et intrinsèquement dictés par des circonstances orographiques, climatiques et économiques».

No entanto, acrescenta, permite-se aos habitantes mais pobres, cuja seara é insuficiente, cultivarem pequenos lotes dos terrenos baldios, que depois da colheita voltam ao regime comunitário.

Estas as características gerais do regime comunitário que, diz, «réside, principalement dans la collection collective du terroir, dans la répartition équitable du bien commun et dans les formes selon lesquelles il est mis à profit et cultivé».

Depois destas noções gerais Rocha Peixoto, refere alguns aspectos do regime comunitário, sem entrar em grandes pormenores o que, diz, «n'admettraient pas les limites de cette brève étude».

Pode ajuizar-se do que seria o trabalho que Rocha Peixoto tinha em mente escrever sobre esta matéria se virmos quais as regiões que cita no estudo que vimos analisando. No Minho alude a factos de natureza comunitária em Castro Laboreiro; na serra da Peneda; no Lindoso; na serra do Soajo em Parada do Monte, Cidadelhe, Alto, Barrosa, Ateiral e Penedo; na serra Amarela na Ermida, Cortinhas de Brufe, Cutêlo e em Germil; na serra do Gerês em Vilarinho da Furna, Covide, Rio Caldo, Carvalheira, Vilar da Veiga, S. João do Campo e Campo do Gerês; em Grasmão (Ponte da Barca); na serra da Cabreira em S. Vicente de Campos e Zebreal; na serra do Marão em Canadêlo. Em Trás-os-Montes refere-se a manifestações comunitárias nas serras de Barroso, Nogueira, Montesinho e Bornes; na Terra de Miranda em Naso, Póvoa, Vila Chã (de Barçiosa), Palaçoulo e Cércio. Fora das duas citadas províncias ainda cita comportamentos comunitários na serra do Extremo e nas serras de Montemuro e da Gralheira.

Quanto trabalho, quanta fadiga para, há 60 ou 70 anos, percorrer as regiões citadas onde Rocha Peixoto, em todas, ou

em quase todas, fez colheitas directas dos usos e costumes dos seus povos!

Vamos procurar realçar alguns aspectos de regime comunitário que Rocha Peixoto cita no trabalho que vimos analisando.

As cavadas em Pitões:

Em Pitões na orla do planalto barrosão, frente à serra do Gerês, as propriedades individuais eram insuficientes para a produção cerealífera; daí a necessidade de semear uma porção do terreno de comum, para as *cavadas*, isto é, lavouras a fazer no terreno escolhido pela assembleia do povo, e dividido em lotes iguais. Esses lotes eram distribuídos equitativamente por todas as casas ou fogos da aldeia com reserva da *cavada de igreja*. Esta *cavada* era o lote a ser lavrado, semeado e colhido por todos e cujo rendimento integral era *para Deus*.

Os chamados do Marão:

Na vertente trasmontana do Marão em algumas aldeias organizavam os *chamados*, ou assembleias locais, para deliberarem a marcação no baldio dos sítios onde se devia cortar o mato, indispensável para fazer a cama ao gado e, desse modo, se irem preparando os estrumes.

Uma vez assente pela maioria, a zona ou sítio do baldio onde se faria o corte do mato, a mesma assembleia marcava o dia do *afazer*, ou seja do trabalho.

No dia marcado todos os homens da aldeia iam ao sítio que fora escolhido e, com o auxílio duma corda, marcavam um rectângulo, maior ou menor consoante as necessidades da aldeia. Uma vez delimitado o rectângulo, ao comprimento de um dos seus lados dispunham-se os homens com enxadas, um homem por cada fogo ou casal. Do lado do rectângulo oposto àquele onde estavam os homens dispostos lado a lado e em fileira, colocava-se um homem considerado e experiente. Este verificava se os homens estavam ou não bem colocados. Fazia-os afastar ou aproximar-se para que os lotes resultantes fossem, tanto quanto possível, iguais. Quando julgava a distribuição dos homens perfeita gritava em voz alta: *Bem está*. Então todos os homens, à uma, davam uma cavada na terra. Este lado do rectângulo ficava transformado como que numa linha pontuada em que cada «ponto» marcava a extremidade de cada lote.

A distribuição dos lotes fazia-se por sorteio.

Escreviam-se os nomes dos chefes de família em papelinhos que uma criança ia tirando um a um. Ao primeiro nome cabia o primeiro lote, ao segundo o segundo lote, e assim sucessivamente.

Coutos de Terras de Barroso:

Os *coutos* eram reuniões dos agregados comunais de «Terras de Barroso, Chã de S. Vicente, Alturas de Barroso e outras loca-



Fig. 11 — Serranos de Montezinho (Trás-os-Montes) na época de Rocha Peixoto. Fotografia publicada pelo ilustre etnógrafo no seu estudo sobre «O Traje Serrano», publicado na *Portugália* em 1907.

lidades, para se combinarem reformas e reparações ou para se aplicar justiça. Neste caso o réu pode ser julgado por intromissão capciosa e abusiva nos terrenos de comum de que se pretendia assenhorar indevidamente, ou pelos prejuízos causados pelo seu gado nas propriedades dos reclamantes.

Dois árbitros imediatamente nomeados iam investigar. No segundo caso calculavam os prejuízos e estabeleciam a indemnização que o acusado pagava sem reserva, visto que em circunstâncias idênticas o agora delinquente poderia também *reclamar justiça*.

Estes *coutos* ou assembleias de «Terras de Barroso», nos casos em que se pretendia para a aldeia um melhoramento de interesse geral, tomavam as decisões convenientes distribuindo encargos de acôrdo com as possibilidades de cada um.

O exemplo dado por Rocha Peixoto é bem demonstrativo. A aldeia de Vilarinho, anexa a Negrões, não tinha capela e pretendia tê-la para evitar a caminhada até Negrões, todos os domingos e dias santos, para assistir à missa.

Resolvida a construção da capela, os encargos foram distribuídos por todos segundo a proporção dos respectivos meios. Uns ficaram com o encargo do transporte de materiais; a outros coube o pagamento aos artistas, pedreiros e outros; finalmente cada um encarregou-se de, num dia, dar de comer e pousada aos artistas, dia que ia passando de casa em casa enquanto duravam as obras.

A mesma assembleia depois da capela pronta, para pagamento dum certo número de missas anuais, estabeleceu um número de vizinhos que deveriam pagar cada um seu alqueire de cereal. Este encargo passaria no ano seguinte a outro igual número de vizinhos, e assim sucessivamente, *andando à roda*.

Os *conselhos* das serras de Nogueira, Bornes e Montesinho:

Nas aldeias de qualquer destas três serras trasmontanas os *regedores*, a pedido dos homens mais considerados, os chamados *homens do acordo*, marcavam os *conselhos*, ou sejam as assembleias populares respectivas.

Reunidos os vizinhos de cada aldeia, essa assembleia colectiva, ou *conselho*, tomava conhecimento da época em que tinham de ser pagas as contribuições, da data marcada para a necessária vacina dos gados, dos vários serviços que interessavam à colectividade e à mesma competia fazer, tais como reparação de caminhos e limpeza das fontes.

O mesmo *conselho* exercia funções jurídicas e applicava justiça. Determinava as multas a adjudicar aos donos dos gados que tivessem causado prejuízos nos *coutados*, ou seja, nos terrenos de reserva ou defeso. Aqueles que, sem motivo forte e plenamente justificado, faltassem aos serviços de interesse da colectividade, como os *atrás referidos* ou similares, o *conselho* applicava multas

em beneficio ou proveito dos que se tinham apresentado ao trabalho que o *conselho* determinara fazer-se em prol da colectividade.

Os *conselhos* em «Terra de Miranda»:

Em muitas aldeias da «Terra de Miranda» as assembleias do povo, também chamadas *conselhos*, reuniam após a missa conventual. Neles se combinavam serviços e tomavam decisões, não só respeitantes ao interesse geral, tais como reparações e concertos de caminhos, fontes etc., das restrições ou *coutarias* do prado e dos montes, mas também da cultura e administração dos bens dos santos. Rocha Peixoto refere que efectivamente alguns santos possuíam terras. Assim Nossa Senhora do Naso era proprietária na Póvoa; o Santíssimo Sacramento de Vila Chã nela tinha propriedades; as Almas do Purgatório possuíam terras em Vila Chã e em Palaçoulo. Os gastos com o grangeio destas *terras dos santos* ficavam a cargo da comunidade. Se o santo padroeiro não era senhor de terrenos propriamente seus, o *conselho* escolhia nos terrenos de comum algumas *belgas* (geiras de terra) destinadas a serem grangeadas em proveito do santo. Assim sucedia em Cércio em que o *conselho* sempre destinava algumas *belgas* a Nosso Senhor Jesus Cristo. Nelas toda a gente trabalhava com ardor. O produto da colheita destinava-se às despesas do culto e da festa anual dedicada ao respectivo padroeiro.

Os *ajuntos* no Minho:

A limitação naturalmente imposta à análise que vimos fazendo do notável trabalho de Rocha Peixoto obriga-nos a reduzir a súpula ao essencial.

No Minho as assembleias do povo, os *ajuntos*, destinavam-se, como em Trás-os-Montes, a discutir e a tratar assuntos de interesse colectivo, tais como repartição de águas de rega, datas de sementeiras e segadas, obras a fazer na igreja, substituição do *touro do povo*, etc.

Rocha Peixoto refere, concretamente, como estes *ajuntos* se organizavam nas aldeias de Germil e da Ermida, na serra Amarela, e quais eram os seus atributos.

Ao toque da *carrapita*, concha de búzio que soprada com força toca como uma trombeta, congregava-se a gente da aldeia. Era imperiosa a assistência dos seis homens de mais respeito e maior consideração na terra, os *homens do acordo* ou os *seis da fala*, bem como do *regedor* e seus auxiliares. Estas assembleias populares nomeavam um juiz que ficava com o encargo de guardar o dinheiro das multas e o da venda do carvão feito pela comunidade e vendido na *Ribeira*.

Refere Rocha Peixoto que nas aldeias referidas os faltosos aos serviços comunitários que houvessem sido determinados pelo *ajunto* pagavam multas. Estas, oportunamente, applicavam-se em

missas a S. Roque para protecção e defesa do *vivo*, ou seja dos gados. Em Lindoso os *ajuntos* eram frequentes, com discussões acesas, em sessões demoradas e por vezes prorrogadas.

A convocação também era feita pelo toque do búzio que ali tinha o nome de *corná*.

De cada casa comparecia pelo menos uma pessoa, sob pena de, por falta não legítima, pagar a multa tradicional, multa que, no entanto Rocha Peixoto não especifica. Se o assunto a discutir fosse de importância excepcional toda a família participava na reunião.

O *ajunto* tratava dos trabalhos respeitantes às coisas de comum, caminhos, fontes, capela ou igreja, festas, etc., e, além disso, das datas para as sementeiras do centeio e do milho, da guarda das uvas, escalada à vez por todos os vizinhos, do dia da vindima, bem como dos *dois dias* da segada dos centeios. A marcação destes dois dias tem especial importância. Rocha Peixoto explica porquê.

A ceifa nos lotes ou *cabeceiros*, rectângulos marcados no terreno de comum, deve ser feita ao mesmo tempo por todos, para evitar que ao segar se fuja do alinhamento respectivo entrando-se no centeio dos *cabeceiros* laterais.

Na segada, feita por todos à uma, cada um seguindo o seu alinhamento vigia que o vizinho se mantenha no que é seu, sem intromissão no alheio. Por isso é que, tanto o início da ceifa, como a suspensão do trabalho da mesma, se fazem ao toque da *corná*. Há multas para quem se antecipa no início ou atrase no remate do serviço.

Nas manhãs daqueles dois dias sega-se o centeio; nas tardes imediatamente se lavra e semeia o milho (1).

Antiguidade dos preceitos do «comunismo» silvícola e agrário no Gerês:

Rocha Peixoto realça a antiguidade dos preceitos ou regras que orientam a exploração comunitária das explorações agrícolas em diversas aldeias do Gerês. Tais preceitos, regulamentares das pastagens, do aproveitamento das matas e das quadras para os grangeiros da terra, estão expressos em diplomas ou escrituras velhas de séculos. Tais diplomas são estatutários, visto que constituem os estatutos, que regulamentam, determinam ou estabelecem as normas ou regras do que se deve fazer.

Desta matéria ocupou-se, pormenorizadamente, Tude M. de Sousa no belo trabalho *Costumes e tradições agrícolas do Minho— I — Regimen pastoril dos povos da Serra do Gerês*, publicado no Tomo II da «Portugalia», págs. 459 a 472, onde reproduz quatro

destes regulamentos ou escrituras de contrato entre os moradores das freguesias de Santo António do Vilar da Veiga, de Rio Caldo, de Covide, e de Vilarinho da Furna.

Reuniões ou *ajuntos* em S. João do Campo:

Nesta aldeia geresiana as assembleias do povo, diz Rocha Peixoto, reuniam com «perfeita regularidade». Assistia uma pessoa de cada casa; como é natural, o homem, o chefe de família. No entanto nelas tomavam parte as viúvas que tivessem *fazenda*, isto é, que possuíssem gado.

Nessas reuniões se discutiam os serviços de interesse colectivo, tais como: reparações a fazer nos caminhos, forno, moinho, etc., a data das ceifas, as malhadas na *eira comum* e, principalmente, a pastagem nas terras do perímetro alpestre.

Apresentavam-se sugestões e alvitres que eram discutidos. Os *homens do acordo* diriam a última palavra. As suas decisões eram acatadas e teriam de ser cumpridas. Os mesmos *ajuntos* aplicavam multas àqueles que não fossem, na sua vez, acompanhar e pastorear o rebanho colectivo na serra, aos que deixassem o rebanho pastar sítios em veda ou coutados, e àqueles que indevida e abusivamente desmoitassem na mata comunitária. Quando surgiam dúvidas consultavam-se as *escrituras*. Em certos casos de maior importância o *juiz* interrogava o delincente. O acusado avançava uns passos, descobria-se, e explicava como os factos se haviam passado. Os *homens do acordo* deliberavam e propunham ao *juiz* a condenação ou a absolvição.

A mesma assembleia, no caso de o produto das multas, das esmolas e das oferendas ou oblatas, não bastar para as despesas das reparações e das solenidades festivas, determinava os dias em que toda a gente da aldeia fosse para a serra fabricar carvão, o *carvão do povo*, para ser vendido na *Ribeira*.

Alude Rocha Peixoto às atitudes de revolta dos aldeões geresianos, aquando da subordinação da serra do Gerês ao regime florestal. Ciosos dos seus direitos bem claramente estabelecidos nas *escrituras*, velhas de muitos séculos, resistiram bravamente à determinação governamental, baseados na antiguidade jurídica de um direito que sempre fora implicitamente reconhecido.

Vezeiras:

O arcaico regime social do pastoreio do gado colectivo nos terrenos de comum ou baldios, feito à vez, por todos os vizinhos da aldeia donos de gado — daí o nome de *vezeira* — ocupa 4 ou 5 páginas do trabalho que vimos analisando.

Rocha Peixoto descreve alguns aspectos deste regime comunitário do pastoreio em várias aldeias da serra do Gerês, da Cabreira, Amarela, Suajo, de Barroso, do Extremo, de Montemuro e da Gralheira.

(1) Em muitas terras chama-se a este milho, *milho de restivo*.



Fig. 12 — Pastor e *vezeira* de gado caprino, em S. João do Campo (Gerês). Fotografia reproduzida por Rocha Peixoto no seu estudo sobre «O Traje Serrano», publicado na *Portugália* em 1907.

Especifica alguns costumes constantes das *escrituras consuetudinárias* em relação com as diferentes categorias dos gados a pastar, ovelhas, cabras (*chibarros* ou *reichêlos*), vitelos, vacas ou porcos (*marranchos*).

Os *vezeiros* teriam um número de dias de serviço como pastores, consoante o número de cabeças de gado de cada um.

No que respeita por exemplo às vacas, no planalto barrosão, cada *avezeirado* passaria tantos dias na serra, guardando a manada, quantas fossem as juntas de vacas que possuísse. A *vezeira*, ou encargo de pastorear à vez, ia passando de visinhos a visinhos, *duma ponta à outra* da aldeia.

As regras estabelecidas nas *vezeiras* variam de terra para terra. Rocha Peixoto exemplifica. Na aldeia do Campo do Gerês cada visinho dará um dia como pastor do rebanho por cada 10 ovelhas ou 10 cabras que possua; mas já em Covide, um pouco mais abaixo, o mesmo período de guarda ao rebanho compete aquele que tenha 20 cabras. Em Córthinas de Brufe e em Cutêlo, na serra Amarela, o rebanho de cabras tem 40 cabeças, e a cada 20 corresponde 1 dia de pastoreio. E já no Soajo cada visinho, no *andar à roda da vezeira* de ponta a ponta da aldeia, não dá mais que um dia de cada vez, qualquer que seja o número de cabeças de gado que possua.

Rocha Peixoto vai desfiando informes de grande interesse etnográfico no respeitante à *vezia* ou reuniões de gado, ou *vivo*, para em cada manhã seguir para o pasto.

Ao toque do búzio, chamado *carrapita* ou *corna*, cada um abre os portelos dos aídos onde dorme o gado, que segue, pelo hábito, para o ponto da aldeia onde se concentra, e de onde é guiado pelos guardadores ou *vezeiros* a quem compete a vez. Ao fim da tarde o rebanho volta à aldeia. Não é preciso que o pastor ou pastores levem cabras, ovelhas ou vacas às casas dos respectivos donos. Cada cabeça de gado segue directamente para o aído respectivo.

Na Serra de Montemuro, em Alhões, os gados estão sempre em *vigia* divididos em grupos, os *vigieiros*. Nesta aldeia a repartição do encargo da *vigia* ou guarda, informa Rocha Peixoto, fazia-se do seguinte modo. Aquele que tivesse 20 cabeças de gado ia um dia de pastor de 10 em 10 dias. Quem tivesse 24 cabeças dava 1 dia de 5 em 5 dias. Os mais pobres tinham encargos menores. Assim àquele que possuísse 6 cabeças a *vez* calhava-lhe de 18 em 18 dias, e o que apenas tivesse 3 cabeças de gado, não iria guardar o rebanho colectivo senão de 36 em 36 dias.

Os gados eram marcados nas orelhas, nos cornos e nas ancas.

Rocha Peixoto refere-se à *vezeira dos porcos* em Trás-os-Montes, que, estava em via de desaparecimento (1).

Vem depois a referência ao *touro do povo*. Em muitas aldeias serranas e especialmente nas terras de Barroso esse touro tinha, e ainda hoje tem, uma grande importância.

Nos concelhos de Montalegre e de Boticas, na sua quase totalidade barrosãs, o *touro do povo* tem um aido próprio com seu palheiro privativo, e até lameiros que lhe são exclusivamente destinados, as *lamas do touro*.

O touro de cobrição comunitário existia em algumas aldeias do Gerês, como por exemplo em Covide e em Carvalheira, com regime semelhante ao das terras barrosãs. Mas já no Campo do Gerês e Cutêlo os preceitos em relação ao *touro do povo* tinham variantes que Rocha Peixoto cita.

Faz rápida alusão ao porco de cobrição ou *berrão* comunitário que noutros tempos existiu em muitas aldeias trasmontanas.

Águas de rega:

Há que restringir, em forçada sumarização, aquilo que, no notável trabalho que vimos analisando, Rocha Peixoto diz quanto ao aproveitamento das águas de rega.

Em assembleia popular, especialmente convocada para tal, combinava-se a limpeza das presas ou minas, a conveniente captação, o arregueiramento ou *guias*, os necessários cortes ou desvios, o tempo de rega expresso em horas, meios dias ou dias, consoante as necessidades de cada visinho.

O regime de *poçadas* ou *poças de água* diz Rocha Peixoto, mantem-se no Gerês segundo velhos preceitos fielmente respeitados e seguidos. Refere ainda que subsistiam alguns casos em que as *poças* não eram comunitárias mas pertença de um grupo de herdeiros, e cujo regime de rega é o de *torna e torna*. Neste caso com a água sujeita a este regime rega o primeiro que chega, e, quando este se retira, o que chega a seguir *torna* (volta ou arregueira) a água para regar o seu campo.

Moinhos do povo:

Em muitas aldeias serranas havia, e ainda há, o moinho ou moinhos comunitários, moinhos de rodízio, naturalmente dependentes do regime hidrográfico.

(1) Uma referência à *vezeira dos porcos* vem publicada no trabalho de Dr. Hirondino da Paixão Fernandes, *Cangarejolas daqui e dali*, in «Boletim dos Amigos de Bragança», 3.ª série, Bragança, Out., 1965, pág. 40, onde se lê a seguinte lenga-lenga com que os rapazes troçam os que têm o nome de Manuel.
«Manuel Cascabel / Come as papas no pitchel, / Dá-le dê-las à mulher / Com pontinha da colher / Bem o cão / Come o pão, / Bem o lobo come-o todo, / Bem o porco da bezeira / E taz de cozinheira.

Rocha Peixoto faz alusão aos serviços inerentes ao funcionamento do moinho que são, essencialmente, o *encaminhar das águas* e o *picar das mós*. A utilização do moinho é feita por todos, à vez, e acrescenta: «como os tempos são iguais, a regularização do serviço limita-se à ordem dos sucessores».

Forno do povo:

Rocha Peixoto ao aludir a esta interessante manifestação comunitária diz de entrada: «Logicamente, ao moinho de comum está ligado o *forno do povo*, tão frequente ainda no planalto barrosão. Como o forno é de todos, a todos compete trabalhar nos seus melhoramentos e reparações.

O que cose em primeiro lugar encontra o forno frio e gasta mais lenha do que aquele que imediatamente se lhe seguir. Ao que primeiro cose por isso se chama o *quentadeiro*; tal posição vai passando sucessivamente de uns aos outros. Assim um *quentadeiro* só voltará a sê-lo depois que todos os outros o tenham sido; depois que tenha dado volta ou *corra a roda*. O forno, como já atrás referi, serve de albergue. Aí pernoitam os que chegam à terra e não tenham onde se acoitar. No forno dormem os negociantes, os mendigos, e, «às vezes, os investigadores etnográficos».

Serviço de ajuda:

É muito interessante o regime social de prestação de serviço sem remuneração monetária. Serviço prestado é retribuído por prestação de serviço similar ou de outra natureza, em ajuda mútua, numa troca ou reciprocidade de serviços.

Estas relações económico-individuais de mutualidade, tão frequentes na *Serra*, manifestam-se de múltiplos modos.

Assim uma mulher que apanhou as castanhas de determinado número de castanheiros dum souto, em troca, e como compensação das castanhas apanhadas, fiará um número combinado de novelos de lã ou de linho. Se é um homem a quem o proprietário do souto cede as castanhas de alguns castanheiros, o colheiteiro dará em troca uma quantidade de sal que for ajustada em pacto verbal.

Rocha Peixoto especifica o que neste aspecto da ajuda mútua ou permuta de serviços se passava em Canadelo, aldeia amarantina da Serra do Marão. Nesta aldeia há reciprocidade de serviços. Assim um artista carpinteiro, por exemplo, que presta serviço a um lavrador, receberá como paga a *vetada*. A *paga da vetada* será o empréstimo do carro dos bois ou das vacas para ir fazer a carrega do mato ou do estrume, quando o carpinteiro disso tiver necessidade. Rocha Peixoto refere-se a outras manifestações de mutualidade entre visinhos. Se um tem falta de pão, de vinho ou de leite, vai ao visinho para que lh'o empreste. A res-

tuição far-se-á com o mesmo produto e na quantidade igual à recebida.

A decadência do regime comunitário resulta de várias circunstâncias. Por um lado a necessidade de cultura intensiva com as melhorias de grangeio o que necessita do estimulante da posse permanente da terra. Por outro lado, citando Laveleye, realça os progressos da cultura da vinha e da oliveira, que fornecem o desenvolvimento da propriedade privada. A adopção progressiva e gradual dos costume da *Ribeira* é, sem dúvida, outra causa da degradação do comunitarismo. Transcrevendo Michelet, Rocha Peixoto escreve: «La plaine est maitresse du siècle et fait la guerre à la montagne».

Depois de aludir a vários processos astuciosos de conquista dos terrenos de comum, citando alguns exemplos, termina este belo trabalho do seguinte modo:

«De cette manière va finissant un régime qui garantissait à tous une portion de sol équitablement partagé, le pain et la viande et l'abri. Il lui succède, dans le mirage d'une fortune aléatoire et dans la fiction de l'indépendance, l'inégalité des conditions, la domination du plus fort, et avec des illusions et des apparences, la réalité de la servitude. «Pays pauvre, pays libre!» (Taine)».

A vasta cultura de Rocha Peixoto transparece nas referências que, aqui a ali, no texto vai fazendo a usos e costumes semelhantes. E assim a pág. 212 diz que se podem encontrar casos similares «nas Astúrias, em Leão, na Catalunha e na Andalusia» referidos em estudos de Altamira, Costa, Lezon, etc. O mesmo em certas regiões dos Apeninos (Laveleye) e na montanha francesa (Baudrillart), pág. 215. Na pág. 212 concretiza os *Consigli di vicini* em diversas regiões da Itália que harmonizam primorosamente os interesses das famílias com os da comunidade (Laveleye), e nos Pirineus franceses as assembleias populares que resolvem os interesses locais e até a repartição equitativa dos impostos (Taine).

Outra citação de manifesto valor etnológico é a que Rocha Peixoto transcreve de De Jubainville e que, mais uma vez, atesta as notáveis e proficientes qualidades do brilhante etnógrafo poveiro. «De Jubainville parle d'une analogie lointaine tirée d'un texte archaïque, rapportant que les vaccaei peuple celtibère établi dans le bassin du Douro et occupant une partie de l'ancien royaume de Léon, partageaient tous les ans la terre arable, et distribuaient malgré tout, en parts égales et après la moisson le produit effectif de la recolte».

Que excelente trabalho nos daria Rocha Peixoto sobre o regime comunitário se a morte, traiçoeira e desapiedadamente, lhe não tivesse ceifado a vida aos 45 anos incompletos.



Fig. 13 — Rocha Peixoto

Litografia de Adolfo Nunes publicada na capa do n.º 50 da revista *Os Pontos* (Porto, 6 de Dezembro de 1903).

O trabalho que analisámos tem como subtítulo: «Abrégé d'une monographie inédite». Na pág. 219 escreve: «De cet aperçu, qu'il faut terminer». Na pág. 206 lê-se: «Ces notions générales données, il convient maintenant de spécifier, sans entrer dans de trop grandes détails, (que n'admettraient pas les limites de cette brève étude) quelques aspects de ce régime de communauté survivant, ...» É lícito supor que Rocha Peixoto teria em mente abordar com mais largueza e profundidade o interessantíssimo e tão curioso regime comunitário no norte de Portugal.

Um outro trabalho que igualmente tinha em projecto era sobre as «ingénieuses machines d'hydraulique populaire, dont on parlera opportunément, ...»

Aliás de outros trabalhos em projecto dá conta Rocha Peixoto noutras passagens das suas publicações.

Assim, no fundo da pág. 369 do T. II da «Portugalia», no trabalho sobre o trage serrano, a propósito do tingir o burel com produtos vegetais das localidades, como, por exemplo, na Gralheira com a casca do amieiro, lê-se esta passagem: «Como tenham de ser objecto de estudos especiais as artes e indústrias que interessam o vestuário, o A. abstem-se, neste lugar, de pormenores técnicos».

Terminamos aqui a análise da obra de Rocha Peixoto como etnógrafo, se bem que merecessem também ser analisados outros seus trabalhos, tais como: *A origem duma fórmula mágica*, in «Portugalia»; Tomo I, Porto, 1899-1903, pág. 628-629; *Do emprego ainda recente duma mó manual*, id., id., pág. 828-831, 6 figs.; *Os cercos*, id., id., pág. 623, 624; *Uma iconografia popular em azulejos*, id., id., pág. 585-590, 10 figs.; *Sobrevivência da primitiva da roda de oleiro em Portugal* (com 5 figs.), in «Portugalia», T. II, Porto, 1905-1908, pág. 74-78; «*Prisões*» de gado, com 3 figs., in, id., id., pág. 78-79; *Uma ornamentação cerâmica actual de character arcaico* (com 1 fig.), in, id., id., págs. 270-272; *Os cata-ventos* (com 46 figs.), in, id., id., pág. 439-448; *Os pucareiros de Ossela*, in, id., id., pág. 653; *Contos populares de animais*, in, id., id., pág. 660; *As Maias* (I-V-1894) no livro «*A Terra portuguesa (Crónicas científicas)*», Porto, 1897, págs. 11-20; *O S. João* (23-VI-1894), in, id., id., págs. 109 a 122; *Os ciganos de Portugal* (17-VIII-1893), in, id., id., págs. 155-166; *O Natal* (25-XII-1894), in, id., id., págs. 239-247.

Nestes trabalhos de que apenas referimos os títulos, como naqueles de que fizemos sumários, avultam as qualidades de obser-

vação, análise serena e cuidada, vasta cultura e perspicácia científica que fazem de Rocha Peixoto um dos nossos mais notáveis etnógrafos e, sem a menor dúvida, o mais brilhante de todos.

*

Como complemento da tarefa que nos foi cometida resta analisar a obra de Rocha Peixoto no âmbito das matérias antropológicas.

São apenas dois os seus trabalhos propriamente antropológicos.

Um pequeno artigo intitulado *A inspecção militar e a Antropometria* publicado no livro «*A terra portuguesa (crónicas científicas)*», Porto, 1897, 302 págs. O artigo vai da pág. 135 a 143 e tem no final a data de 20-VII-1893. É um artigo de divulgação recheado de justos conceitos, no qual se preconizam disposições acertadas para o conveniente estudo antropológico do povo português.

Este artigo parece ter resultado da leitura do trabalho do Dr. Collignon, cirurgião mór do exército francês, *Projecto de acordo internacional para a realização dum programa comum de investigações antropológicas a fazer nas juntas de revisão*, em que se realça a necessidade de se assentar numa metodologia universal, sem preconceitos ridículos e pueris de nacionalidade, o que permitiria uma segura comparação de resultados. Nesse sentido já Broca, tinha publicado em 1864 as *Instruções para as investigações antropológicas no vivo*. Rocha Peixoto alude às instruções antropométricas que no mesmo sentido tinham sido publicadas por Virchow (Alemanha, 1875), Kaltbrunner (Suíça, 1879) e na França por Quatrefages e Topinard.

Lembra os trabalhos de antropometria realizados então no nosso país pelo Prof. A. Serrano, Arruda Furtado, Ferraz de Macedo, Nery Delgado, Oliveira Feijão, Paula Oliveira e Silva Amado.

Cita o trabalho que, com o propósito de estabelecer um plano de conjunto, foi publicado por Adolfo Coelho na Secção de Ciências Étnicas da Sociedade de Geografia de Lisboa, em 1890, intitulado *Esboço de um programa para o estudo antropológico, patológico e demográfico do povo português*.

Ao longo do artigo realça a importância e o grande interesse do estudo antropológico do povo português.

Rocha Peixoto lamenta que não houvesse então no nosso país nem laboratórios, nem pessoal especialmente destinado aos serviços antropométricos.

Refere que tal deficiência foi um pouco remediada em Coimbra, «mas sem grande futuro, enquanto a um inteligente e simpático professor não concederem os elementos indispensáveis para uma ampla iniciativa».

Alusão ao Prof. Bernardino Machado, cujo nome não cita, que foi distinto professor de Antropologia na Universidade de Coimbra.

Termina assim: «Tendo em vista os erros e defeitos dos nossos programas e a má disposição, inabilidade ou incompetência de tanto homem que, das públicas luzes, faz apenas o seu ofício, só com a basófia erudita para iludir e estragar rapazes, os médicos militares têm nos inquéritos antropológicos um duplo prazer: a compensação real de tanta esterilidade com que os enfadaram nas escolas e a importância dum assinalado serviço à ciência e ao povo português».

A segunda publicação de natureza antropológica é o seu notável trabalho sobre *A Tatuagem em Portugal*, publicado na «Revista de Ciências Naturais e Sociais», n.º 7 e 8, Tomo II, Porto, 1892, 32 págs., 8 Est. com 21 figs. É um excelente trabalho. O primeiro feito no nosso país sobre tal matéria, produto de observações directas e de um inquérito que distribuiu.

Neste trabalho, mais uma vez, se realça em plena exuberância o cientista clarividente.

A tatuagem de que se ocupa é a «tatuagem por picadas», no estudo da qual, diz, segue as normas adoptadas pelos antropologistas, inspirando-se sobretudo nos trabalhos de Berchon, Cacasagne e Lombroso.

Rocha Peixoto estuda estas mutilações cutâneas não só no seu aspecto morfológico mas também na sua interpretação antropológica, o que constitui a matéria do IV capítulo.

O I capítulo tem o seguinte sumário.

«Antiguidade, perpetuidade e universalidade da tatuagem. Definição da tatuagem e seu lugar no quadro das mutilações étnicas. Os primeiros vestígios na pré e proto-história: Bélgica, França e Portugal. Fins da tatuagem, sua significação como característica de raças, de religiões, de seitas, de castas e de instituições. A tatuagem e a medicina legal. Expansão geográfica».

Este capítulo é essencialmente uma resenha da história, evolução e distribuição no mundo, do uso da tatuagem com múltiplas finalidades.

Cap.º II — Anatomia, fisiologia e patologia da tatuagem.

«O processo de cura, instrumentos e substâncias corantes. Sede anatómica. Consequências patológicas da mutilação; sua terapêutica popular. A tatau-

gem como transmissora de virus. A indelebilidade da tatuagem ou dos seus vestígios provada pelas consequências fisiológicas da operação. Tópicos em uso para a destruição dos desenhos e sua ineficácia».

Com um molho de três agulhas molhadas no líquido corante (tinta de escrever corrente, tinta da China, pólvora triturada, azul de brunideira ou suspensão de pó de carvão em água) pica-se a pele segundo o delineamento da figura a obter. As partes mais escuras ou os traços mais carregados obtêm-se repicando os contornos primitivos.

Rocha Peixoto descreve com pormenor o processo operatório. A introdução das agulhas na pele pode ser na perpendicular ou mais ou menos oblíqua, isto, bem como a grossura das agulhas, influi na viveza e duração das tatuagens.

Para impedir a irritação cutânea e a tumefacção subsequentes usava-se como tópico a urina ou a saliva, «sendo manifesto que nada se remedeia com tal terapêutica».

Alude às consequências que, às vezes, resultam das picadas cutâneas tais como erisipelas, úlceras, fleimões e gangrenas, e até amputação dum membro.

A saliva pode inocular a sífilis e até o cancro, como sucedeu num caso que cita, em que o tatuador tinha um cancro na boca e o transmitiu ao tatuado pela saliva em que diluiu a matéria corante.

Refere-se ao carácter indelével das tatuagens e daí a sua importância em medicina legal: ao mesmo tempo alude às tentativas inúteis de fazer desaparecer a tatuagem com pachos de leite ou ácido acético, bem como à crença de que a transpiração pode eliminar o desenho por completo.

Cap.º III — Classificação das tatuagens.

«Limite mínimo da idade nos tatuados. Classe social. Grau de frequência nos dois sexos. Sede mais comum. Córção. A moralidade dos tatuados deduzida da natureza dos desenhos e da sua multiplicidade. Lista descritiva e comparada dos emblemas, símbolos e inscrições entre tatuados portugueses, italianos e franceses».

Refere o facto de serem os soldados, os marinheiros e os encarcerados os que mais vezes se tatuam, bem como as mulheres safistas e os pederastes. Por vezes as tatuagens aparecem no peito e costas, no ventre, nos membros inferiores, especialmente nas coxas, mas é sobretudo nos braços a sua localização mais frequente.

Rocha Peixoto pormenoriza cada um dos temas deste capítulo. Sistematiza os motivos dos desenhos tatuados deste modo:

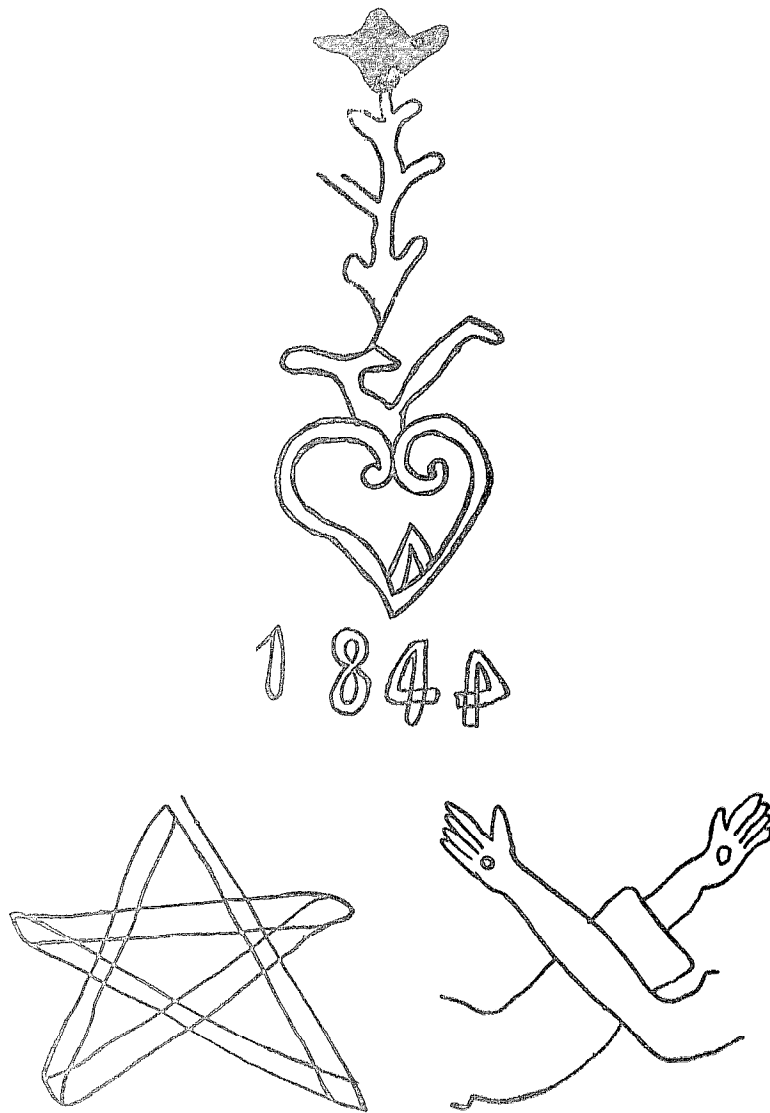


Fig. 14 — Tatuagens reproduzidas por Rocha Peixoto no seu estudo sobre «A Tatuagem em Portugal», publicado na *Revista de Sciencias Naturais e Sociaes* em 1892-1893.

Emblemas profissionais. Emblemas amorosos — eróticos. Emblemas religiosos. Emblemas de metáforas e fantasias. Inscrições. De todos os desenhos o mais espalhado é o signo saimão ou «sanelimão», sinal mágico que tem a virtude de defender dos maus olhados e afugentar as coisas ruins.

Numa atitude de leal camaradagem diz que se abstem de fazer amplas considerações sobre este sinal mágico por o Prof. Leite de Vasconcelos — a quem se refere nestes termos «o meu amigo e ilustre etnógrafo J. Leite de Vasconcelos» — lhe ter mostrado um trabalho sobre tal matéria destinado à revista da Sociedade Carlos Ribeiro.

Cita, e reproduz em gravura, a inscrição cutânea das cinco palavras seguintes SATOR, AREPO, TENET, OPERA, ROTAS que, dispostas na vertical umas debaixo das outras, e iniciando a leitura pelos ângulos superior esquerdo ou inferior direito, a palavra resultante é sempre SATOR, quer se leia de cima para baixo e da esquerda para a direita quer debaixo para cima e da direita para a esquerda.

A possibilidade da mesma leitura em sentidos diferentes é característica desta espécie de amuletos defensivos, que, no caso presente, era considerado remédio mágico contra a febre dos homens e dos animais e remonta à época romana.

Cap.º IV — Estudo antropológico da tatuagem.

«Similitude da mutilação no processo e na índole entre povos sem laço algum etnogénico; sua explicação pelas viagens, emigração, imposição pela conquista e analogia do espírito humano (Darwin). Factores: a religião, a imitação, a ociosidade, a paixão amorosa, o instinto erótico; a necessidade de exprimir ideias por símbolos nos analfabetos (Lacassagne); a vitalidade da tradição (Lombroso)».

A temática deste capítulo é suficientemente expressiva, o que me dispensa de grandes considerações sobre cada um deles e do modo como Rocha Peixoto os abordou.

O sentimento religioso faz com que muitos cristãos se tatuem com o Cristo crucificado, com simples cruces, com as cinco chagas ou anjos e santos da sua devoção, etc., etc.

As paixões amorosas e o instinto erótico são outras causas determinantes que, Rocha Peixoto realça como motivos frequentes da tatuagem, nomeadamente de natureza pornográfica.

Outra razão determinante que foi posta em realce por Lacassagne, é a de pessoas analfabetas exprimirem por figuras ou símbolos as ideias que não poderiam representar de outro modo.

Outra determinante, para Lombroso a principal, é a tradição, factor que, sem dúvida, influi poderosamente na perpetuidade do costume.

A moda, a imitação e a ociosidade, como Rocha Peixoto mostra com alguns exemplos, são circunstâncias que interferem quer na tatuagem em si quer na sua figuração ou modalidade.

Verifica-se, como Rocha Peixoto salienta, que a tatuagem, em última análise, consiste em imprimir na pele desenhos ou sinais traduzindo toda a sorte de ideias e sentimentos, e, nos povos que a fazem, corresponde ou é consequência «da perpetuidade de superstições de povos primitivos que se vêm transmitindo até hoje, com tanto mais intensidade e semelhança com os tipos primitivos quanto mais atrasados em cultura são esses povos».

O notável trabalho sobre as tatuagens é verdadeiramente modelar. Quero crer que qualquer antropologista actual não teria a menor hesitação em o subscrever. Neste capítulo foi um pioneiro.

É de crer que Rocha Peixoto nunca tivesse medido uma estatura, pegado num compasso de corrediça ou de espessura para mensurações no vivo ou nos ossos ou determinasse um índice cefálico ou qualquer outro.

O certo porém é que sentiu a imperiosa necessidade dos estudos antropológicos.

Senão vejamos. No seu trabalho *O Museu Municipal do Porto*, in «Sociedade Carlos Ribeiro», I, Porto, 1888, logo no prómio, pág. VIII, alude à importância do «problema étnico português» não menos importante que o problema geológico «talvez mesmo de mais fôlego, e apenas escassamente encetado», e acrescenta: «não obstante os programas de algumas das nossas escolas superiores exigem já uma soma de ideias gerais sobre matéria antropológica».

O capítulo V do trabalho sobre o Museu Municipal do Porto, págs. 27 a 29, é, todo ele, um brado a favor dos estudos antropológicos.

Conta os incidentes passados com Ferraz de Macedo, estrênuo organizador duma importante colecção de crânios, cerca de 1000, exumados dos cemitérios de Lisboa. Preso por duas vezes, Ferraz de Macedo foi achincalhado pela imprensa e pela voz pública, atribuindo-lhe pacto com o diabo a quem entregaria as almas daqueles a quem pertenceram os ossos que tinha em casa e outras parvoíces similares.

Rocha Peixoto lembra a necessidade imediata de organizar no Museu Municipal uma secção antropológica. Cita algumas importantes colecções de crânios de alguns museus estrangeiros e escreve: «Pouco ou quase nada se tem feito por cá, embora os progressos desta ciência, que vai procurar nos caracteres étnicos das raças actuais as suas antepassadas e que, estudando as neces-

sidades, actos e paixões do homem, influenciará, mais cedo ou mais tarde, no organismo social das nações, sejam os mais audazes e prontos de que há memória».

E noutra passagem escreve: «Com efeito, há vinte e tantos anos que a antropologia, devido à iniciativa de Broca, o Mestre, entrou num campo directo e positivo, impondo-se pouco depois, como não há exemplo noutra ciência e angariando numerosos adeptos por toda a parte».

Rocha Peixoto, sentiu, como poucos, a grande importância e o extraordinário interesse da antropologia para o estudo do povo português.

*

Chegamos ao fim do nosso trabalho, em que procuramos focar a extraordinária personalidade de Rocha Peixoto como etnógrafo e antropologista.

Como disse logo de entrada, Rocha Peixoto ocupa um lugar de singular relevo na cultura portuguesa; lugar conquistado com a nobreza e excelência do seu trabalho onde refulgem qualidades que juntas raramente se encontram na mesma pessoa e em tão acentuado grau.

Rocha Peixoto brilhou entre um grupo de homens notáveis seus contemporâneos.

Foi trabalhador incansável, animado duma curiosidade aguda e penetrante; foi estudioso pertinaz, e, por isso, senhor de vasta cultura; foi cientista de admirável sagacidade, mercê da sua clara inteligência; foi realizador animado dum fervor e entusiasmo sem quebras; foi publicista dotado de notáveis qualidades como escritor; foi defensor corajoso de causas justas.

A sua inteligente paixão pelo estudo do povo português levou-o a estudar muitos dos seus usos e costumes que publicou em excelentes trabalhos, e fazem dele um dos nossos maiores etnógrafos, sem dúvida de todos o mais brilhante.